



Congresso Nacional dos Metalúrgicos e das Metalúrgicas da CUT

Reconstruir o Brasil de forma sustentável e humanizada com trabalho decente, soberania, renda e direitos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1. CONJUNTURA	4
1.1 POLITICA INTERNACIONAL	4
1.2 POLITICA NACIONAL.....	6
1.3 ECONOMIA NACIONAL	8
2. EIXOS DE ATUAÇÃO DA CNMCUT	24
2.1 POLÍTICAS GERAIS E PERMANENTES	24
2.2 ORGANIZAÇÃO SINDICAL.....	29
2.3 CONTRATO COLETIVO NACIONAL DE TRABALHO.....	30
3. PLANO DE LUTAS PARA PRÓXIMA GESTÃO.....	33
4. BALANÇO DA GESTÃO	34
5. REGIMENTO INTERNO	38
6. EXPEDIENTE.....	44

“Reconstruir o Brasil de forma sustentável e humanizada com trabalho decente, soberania e renda”, esse é o tema que vai nortear os debates e as resoluções do 11º. Congresso dos (as) metalúrgicos (as) da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT – CNMCUT. Certamente não há tarefa mais urgente do que a de fortalecer a nossa democracia, retomar o caminho do desenvolvimento com distribuição de renda, do respeito às diferenças, da luta pela vida e dignidade em primeiro lugar.

Nos últimos seis anos, a sociedade brasileira, o conjunto da classe trabalhadora, enfrentou e resistiu a um cotidiano de destruição do meio ambiente, descaso com as políticas públicas, ataques à legislação trabalhista e retirada de direitos, perseguição aos movimentos sociais e incompetência, omissão e despreparo para enfrentar a pandemia da covid 19, que ceifaram milhares e milhares de vidas. Metalúrgicos, metalúrgicas, dirigentes sindicais da nossa base de atuação, também morreram precocemente por falta de vacina. A todos, todas e todes, que partiram em decorrência da covid, o nosso respeito, gratidão e compromisso de seguir ecoando suas vozes. Não vamos desistir!

Com coragem, companheirismo e a convicção de que era preciso eleger um novo projeto político para o país, seguimos lutando e a vitória chegou. O Presidente Lula é conduzido à Presidência da República, pelas mãos do povo, para o seu terceiro mandato.

Porém, a vitória e a posse do presidente Lula foram as primeiras fases de uma batalha que será longa e difícil, porque temos pela frente uma extrema-direita que se organizou, um congresso conservador e um empresariado que, em parte, resiste às mudanças, haja vista o financiamento das manifestações golpistas. É uma situação que exigirá muita negociação, mobilização e unidade da classe trabalhadora.

Que possamos participar ativamente do processo que compõe o nosso 11º. Congresso, que sejamos propositivos (as) na construção de resoluções que busquem avanços nos direitos, renda, representação sindical fortalecida, sustentabilidade e uma política industrial com emprego formal e de qualidade.

O texto base, que segue nesse caderno, é um convite para que todos (as) realizem debates, reflexões e apontem caminhos para os próximos quatro anos da CNMCUT.

Paulo Cayres – Presidente da CNMCUT

Loricardo de Oliveira – Secretário-Geral da CNMCUT e Coordenador do 11º. Congresso

1. CONJUNTURA

1.1 POLÍTICA INTERNACIONAL

1 Em termos gerais os fenômenos analisados no nosso 10º. Congresso, realizado em 2019, se agravou com a crise advinda da pandemia do COVID 19 em 2020 – 2021, principalmente no ponto relativo à Conjuntura Política Internacional, concentração de riqueza, aumento dos índices de pobreza, acirramento da injusta, divisão internacional do trabalho, que impede nações inteiras de alcançar padrões das nações ricas, frutos da crise do capitalismo de 2008.

2 O que vimos com a pandemia da COVID 19 foi uma total incapacidade dos estados nacionais responderem minimamente as necessidades da população, e os mais de 15 milhões de mortos desmascararam os equívocos das privatizações dos serviços essenciais como os de investigação, desenvolvimento e de assistência à saúde.

3 Outro fenômeno que também se agravou foi à crise de meio ambiente, fruto de uma política irresponsável na busca do lucro em curto prazo, sem levar em consideração a necessidade de controle e diminuição do aquecimento global. Infelizmente as consequências são sentidas em milhões de vidas perdidas em desastres ambientais, que se tornam cada vez mais frequentes e destruidores

4 Do ponto de vista político, o que se vê é o fracasso do sistema de governança global, que com suas estruturas antidemocráticas e desiguais, somente oito grandes potências têm o controle dos órgãos decisivos da ONU. A Guerra da OTAN contra a Rússia, na Ucrânia é a prova cabal que esse sistema tem que ser substituído.

5 Como ponto positivo, o que vemos é que mesmo com instabilidade e diferentes velocidades e profundidades, houve mudanças à esquerda nos governos, em alguns países importantes, o que permite vislumbrar possibilidades para um novo cenário da disputa mundial.

6 Nesse sentido, os resultados eleitorais no México, Argentina, Peru, Bolívia, Chile, Colômbia e recentemente no Brasil, que somando a manutenção de Cuba e Venezuela, colocam como possibilidade concreta a criação de uma proposta alternativa de força política

internacional que se contraponha as forças hegemônicas.

7 Não obstante as oportunidades criadas, temos que estar atentos, pois a investida da direita para desestabilizar esses regimes, seja eleitoralmente ou através de mecanismos antidemocráticos, será constante, o que coloca como prioridade a mobilização popular em defesa da soberania e da solidariedade.

8 Os casos do Peru e da invasão da praça dos 3 poderes em Brasília, no último dia 8 de janeiro, merecem um cuidado especial e exigem do movimento sindical internacional uma forte atuação em defesa do direito dos cidadãos e cidadãs escolherem seus governantes

9 A vitória do companheiro Lula nas eleições de 2022 marca a volta do Brasil ao cenário mundial e podemos esperar uma atuação forte nas instâncias tradicionais do multilateralismo: ONU, OIT, OMS, OMC etc. Como também se espera um revigoramento de estruturas de contra hegemônias importantes, como os BRICS, que deve ser reforçado com a entrada da Argentina e outros países, da Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos – CELAC, Mercosul, etc.

10 Os sindicatos, e especificamente a CNMCUT, devem seguir atentamente a agenda de negociações na OMC – e tratados comerciais para que sejam bilaterais ou multilaterais -, para influenciar e defender os interesses dos (as) trabalhadores (as) e combater os termos estabelecidos no acordo Mercosul – União Europeia e MERCOSUL – China, pois eles trazem cláusulas que impedem um pleno desenvolvimento dos nossos países.

11 Outra agenda importante que devemos seguir é a que se dá no âmbito da Comissão de Direitos Humanos da ONU, para aprovação de um tratado vinculante sobre empresas e direitos humanos (incluindo sindicais) a nível global. Também na OIT se discute uma regulação na normativa, sobre comportamento das multinacionais, onde temos que defender, junto aos representantes brasileiros nesses espaços, uma posição progressista e alinhada com os movimentos sociais.

12 Outro debate importante é a questão da transição justa, na qual se percebe que a agenda está dominada pelos interesses corporativos e que necessita-

mos intervir, para trazê-la para uma pauta que defenda os interesses públicos. Nesse sentido, a atuação da CNMCUT na Plataforma Operária e Camponesa por água e energia - POCAE a nível nacional e na Rede de Sindicatos por Democracia Energética – TUED a nível global, é fundamental para formulação de posições comuns e definição de ações conjuntas articuladas.

13 No terreno propriamente sindical internacional, o grande desafio é fazer com que as estruturas que participamos, como a Industrial Global Union, CSA/CSI, sejam dinâmicas, representativas, democráticas e mobilizadoras dos trabalhadores e das trabalhadoras em torno da agenda dos interesses históricos e imediatos da classe. Para isso é muito importante nossa atuação no Grupo de Paris a nível global e Nuestra América a nível regional

14 Voltando a situação mais geral do planeta e da crise pela qual passamos, abordada no início dessa análise, a mais recente (janeiro 22) versão do Fórum Económico Mundial - FEM mais conhecido como Fórum de Davos, em sua pesquisa de cenário que realiza a cada ano, no qual busca recolher a percepção de importante parcela das classes dominantes e seus representantes governamentais, apresenta um quadro nada otimista.

15 A pesquisa revelou preocupação com riscos recrudescentes como inflação, crises de custo de vida, guerras comerciais, saídas de capital de mercados emergentes, agitação social generalizada, confrontos geopolíticos e o espectro da guerra nuclear, acelerado pelo conflito entre Rússia e Ucrânia em pleno território europeu, que em fevereiro completará um ano.

16 A isso se somam altos níveis de endividamento, baixo crescimento, queda de investimento e desglobalização, o declínio no desenvolvimento humano após décadas de progresso, o irrestrito avanço do uso de tecnologias (tanto civis quanto militares) e a pressão crescente dos impactos das mudanças climáticas como fatores "relativamente novos" que estão sendo amplificados.

17 Os dois cenários, diz o estudo, convergem para formar um único, classificado como "turbulento": *"a próxima década será caracterizada por crises ambientais e sociais, impulsionadas por tendências geopolíti-*

cas e económicas subjacentes".

18 Esse cenário é causado por políticas equivocadas que visam o lucro e não o bem estar da sociedade e deixa claro que não podemos aceitar que essa gente continue definindo os rumos do planeta

19 Espaço de articulação, debate e construção de alianças mais amplas se criou com ativa participação do movimento sindical. O Fórum Social Mundial-FSM, desde 2001, vem sendo a plataforma de convergência de todos (as) que lutam por um mundo melhor. Afinal, outro mundo é necessário e possível!

2.2 POLITICA NACIONAL: O Governo Lula e a Classe trabalhadora

20 O 10º Congresso da CNMCUT, realizado em 2019, ocorreu em um momento muito singular da história de nosso país e da classe trabalhadora brasileira, sofríamos as consequências do golpe e impeachment da presidenta Dilma, que ocorreu em 2016. Uma sucessão de episódios como a Reforma Trabalhista, da Previdência e a PEC do Teto, marcam esse período de retirada de direitos históricos dos (as) trabalhadores (as). Como parte estratégica do golpe, a partir de uma operação fraudulenta já escancarada, Lula foi preso e impossibilitado de se candidatar a presidência em 2018. Apesar dos grandes movimentos democráticos reunidos em torno de uma candidatura progressista, foi eleito Jair Bolsonaro.

21 Chega à presidência um representante dos interesses de uma burguesia nacional entreguista, numa aliança entre milícias e empresários fundamentalistas religiosos, aprofundando uma agenda política e econômica neoliberal, sucateando a indústria nacional e estabelecendo um Estado mínimo de direitos à custa da precarização das condições de vida da população brasileira, especialmente das mulheres, negros e negras, da comunidade LGBTQIA+ e dos povos originários.

22 Por esse motivo, o tema do 10º Congresso foi “LULA LIVRE - Democracia, Nenhum Direito a Menos, Soberania Nacional e Liberdade Sindical”. Um congresso marcado por um plano de lutas comprometido com a defesa da democracia, reiterando a resistência e a luta pela garantia de empregos, direitos, contra toda e qualquer prática antissindical, contra o genocídio da população negra. Neste Congresso inauguramos a 1ª Conferência Nacional de Igualdade Racial – MARIELLE FRANCO: “Por um estado democrático de direito, contra o genocídio da população negra” e estabelecemos diálogos permanentes com o Comitê Lula Livre, reiterando que a luta pela democracia supunha a liberdade e a absolvição de Lula.

23 A destruição de direitos da classe trabalhadora, o ataque aos movimentos sociais, destruição da soberania nacional e a entrega do patrimônio do povo brasileiro foram às marcas desse período, tudo ficou muito ruim com o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma e agravou-se ainda mais, com a eleição de Bolsonaro.

24 O governo negacionista de Bolsonaro implantou

o que se pode chamar de necropolítica, que tem a sua pior marca na maneira como tratou a pandemia provocada pelo Covid 19, quase 700 mil mortes provocadas pela doença, o atraso proposital na compra de vacinas, a propaganda feita pelo governo de remédios comprovadamente ineficazes, e o ataque diário às medidas sanitárias necessárias para o enfrentamento da doença, foram responsáveis por mais da metade dessas mortes.

25 Outra face dessa política de morte é a disseminação de preconceito e ódio feita cotidianamente por Bolsonaro e seus seguidores, um ódio capaz de dividir famílias, afastar amigos, e que fez aflorar o pior da alma de uma parcela importante da população brasileira.

26 Apesar de tudo isso, e enfrentando esse ambiente nefasto, a classe trabalhadora não parou de lutar.

27 A luta pela liberdade da injusta prisão do presidente Lula, que teve como grande símbolo a Vigília Lula Livre durante 580 dias em Curitiba, foi vitoriosa, e veio acompanhada da completa desmoralização da operação lava-jato, que ficou comprovada como uma farsa da justiça utilizada pelos seus operadores: Moro, Dallagnol e companhia, como instrumento de perseguição política.

28 A liberdade do presidente e a comprovação de que ele foi vítima de uma trama sórdida fizeram renascer a esperança em grande parte da população, e teve início uma nova etapa da luta popular no Brasil: a luta pelo restabelecimento da Democracia ameaçada pelo desgoverno Bolsonaro.

29 Lula vem liderando a luta pela derrota de Bolsonaro, numa frente ampla de pessoas e organizações que se juntaram no apoio a essa batalha, e nas eleições de 2022 derrotaram Bolsonaro, e Lula foi eleito presidente da República pela 3ª vez.

30 Nós metalúrgicos (as), que participamos ativamente dessa jornada em conjunto com a classe trabalhadora e a maioria da população brasileira, sabemos que a derrota de Bolsonaro nas urnas não significa a derrota do bolsonarismo. Um passo importante nessa direção será a reversão das políticas impostas por esses anos de desgoverno, que tantos estragos produziram no país e na vida das pessoas. A luta continua, ou melhor, a luta é contínua, e não podemos arredar nem um milímetro na disposição de reconquistar nossos di-

reitos usurpados.

31 Reconquistar as políticas públicas destruídas, a soberania nacional e defender a Democracia ameaçada pelo bolsonarismo são os nossos grandes desafios, nossa grande tarefa. Só com muita organização, solidariedade e unidade conseguiremos atingir essas metas. Temos pela frente um enfrentamento contra uma direita radicalizada e golpista, que lança mão de atos terroristas, como os ocorridos no dia 12 de dezembro, dia em que Lula foi diplomado como presidente democraticamente eleito.

32 Nessa ocasião, bolsonaristas tentaram invadir a sede da polícia federal em Brasília, atearam fogo em carros e ônibus no centro da capital, sem que ninguém tivesse sido preso.

33 Os atos terroristas continuaram, na véspera do natal tentaram explodir um caminhão de combustíveis nas proximidades do aeroporto da capital federal, mas a intenção era ainda mais grave, segundo depoimento de um dos envolvidos, o planejado era colocar a bomba na área de embarque do aeroporto, o que poderia provocar muitas mortes. Bomba essa que foi montada e entregue, segundo os envolvidos no atentado, em frente ao quartel do exército de BSB.

34 É importante ressaltar que alguns dos envolvidos no atentado, mencionado acima, foram funcionários no ministério comandado pela ex-ministra Damares.

35 No dia 8 de dezembro de 2023, uma semana após a belíssima festa da posse do presidente Lula, que reuniu em Brasília mais de 300 mil pessoas, onde ele recebeu a faixa presidencial das mãos de representantes do povo para estar à frente da condução do país, pela terceira vez, terroristas bolsonaristas promoveram um espetáculo de destruição do patrimônio público, ao invadirem e depredarem o Congresso Nacional, o STF e o Palácio do Planalto, com a conivência de agentes de segurança e de seus comandantes, eleitos ou concursados, como é o caso do governador do DF Ibaneis Rocha e de seu secretário de segurança, Anderson Torres, inclusive com o beneplácito que beirou à cumplicidade dos comandantes militares.

36 Os acampamentos de bolsonaristas golpistas em frente aos quartéis, que se mantiveram por semanas sem que nenhuma providência para sua desocupação

fosse tomada, deixaram claro a conivência, de parte dos militares, com o propósito antidemocrático. Assim como, a ação do General Júlio Cesar Arruda, comandante do exército, posteriormente demitido pelo presidente Lula por quebra de confiança, ao impedir que a polícia federal e a PM entrassem no acampamento, após os atos terroristas daquele domingo, inclusive com ameaça de usar a força militar para impedir a ação, evidenciando a intenção de proteger militares e seus familiares que participavam do acampamento, possibilitando assim a fuga de muitos deles.

37 Os ataques não se limitaram a capital federal, o planejamento golpista envolvia bloquear estradas, refinarias, derrubar torres de distribuição de energia elétrica, ou seja, disseminar o caos. Para tentar manter em clima de tensão permanente e buscar impedir o Presidente Lula de governar, se não for contido, este poderá ser o modus operandi, dessa extrema direita, no próximo período.

38 Todos os envolvidos têm que ser identificados, como também os financiadores dos ataques, e levados à justiça para responder e pagar pelo vergonhoso ataque à Democracia e ao patrimônio público, inclusive com o concurso de seus bens, pessoais e empresariais, a perda de cargos, quando funcionários públicos, como também, a cassação de mandatos de políticos eleitos que financiaram, incentivaram ou participaram dos atos, bem como as penas de prisão cabíveis.

39 Só com muita mobilização e luta, vamos conseguir defender o Estado Democrático de Direito e garantir que o governo, de frente ampla de Lula, tenha condições de rever as políticas que destruíram nossos direitos. Temas como reforma trabalhista e sindical, enfrentarão grande resistência por parte de uma parcela importante que compõe o governo.

40 Todo sucesso ao presidente Lula, no que depender de nós estaremos na rua e na luta para derrotar o bolsonarismo e garantir a prevalência das nossas pautas.

41 Viva a Democracia!

Governo Lula

42 O governo Lula tem início com um ministério que demonstra a diversidade que o elegeu, embora ainda não

tenha implementado a paridade de gênero é, sem nenhuma dúvida, um ministério que avança nessa representatividade.

43 Pela primeira vez na história do Brasil temos um ministério integralmente dedicado aos povos originários, que tem o objetivo de resgatar os direitos da população indígena, colocando a frente dessa tarefa instituições que foram desvirtuadas gravemente no governo Bolsonaro, como demonstra a tragédia a que foi submetido o povo Yanomami, que tiveram suas terras invadidas pelo garimpo ilegal, que além de destruir a floresta e envenenar a água dos rios, matou por desnutrição e doenças pelo menos 540 crianças e muitos adultos. As terríveis imagens dessa tragédia humana lembram figuras de campos de concentração nazista.

44 O presidente Lula foi à Roraima, verificar pessoalmente as consequências de mais uma das tristes heranças do bolsonarismo, que, inclusive, nunca escondeu sua intenção de dizimar os povos indígenas. O presidente determinou estado de emergência médica na região, para que urgentemente fossem tomadas as medidas necessárias para socorrer a população Yanomami.

A Classe trabalhadora volta a ser recebida no Palácio do Planalto

45 No dia 18 de janeiro, o presidente Lula e o ministro do trabalho Luiz Marinho, receberam no Palácio do Planalto, cerca de 600 dirigentes das centrais sindicais para dialogar sobre a pauta da classe trabalhadora. A CNMCUT esteve representada nessa plenária onde o presidente Lula anunciou a criação de um grupo de trabalho para negociar e apresentar propostas sobre legislação trabalhista, reforma sindical, política de valorização do salário mínimo, regulamentação do trabalho por aplicativos, entre outras. O grupo, que será coordenado pelo Ministro do Trabalho, tem um prazo de 45 dias, renováveis por igual período, para apresentar propostas ao governo.

1.3 ECONOMICA NACIONAL

Brasil: desafios e perspectivas

46 A partir da análise internacional, buscamos compreender os desdobramentos ocorridos na economia

brasileira, seus impactos nos últimos anos e quais as perspectivas para o próximo período, com o novo governo eleito. As informações apresentadas, embora não consigam explicar toda conjuntura, auxiliam a entender as movimentações no desenvolvimento brasileiro.

47 O Brasil inicia 2023 com enormes desafios econômicos e sociais, após um processo eleitoral acirrado e tumultuado, tendo o movimento sindical apoiado unanimemente a candidatura de Lula-Alckmin, a partir do segundo turno. O sindicalismo teve um papel fundamental nas eleições de 2022, como na denúncia de milhares de casos de assédio moral de empregadores contra trabalhadores (as), na conquista de passe livre no transporte urbano de ônibus em diversos estados brasileiros, ações que conseguiram, afinal, derrotar o uso da máquina do Estado a favor de uma candidatura à reeleição, de forma jamais vista no Brasil no período pós-redemocratização.

48 Os desafios do novo governo federal são imensos, e vão desde recompor o orçamento da União, redesenhar e implementar políticas públicas, assim como a garantia da própria democracia, em função da tentativa de golpe ocorrida no dia 08 de janeiro de 2023, com a invasão do Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal e Palácio do Planalto por grupos contrários à vitória de Lula, de forma violenta e criminosa, cujo desfecho foi um rastro de destruição do patrimônio público da Praça dos Três Poderes e a posterior prisão de parte dos participantes.

49 Aliado ao cenário complexo nacional, o país está inserido em uma conjuntura econômica mundial igualmente desafiadora, cuja atividade econômica passa por uma desaceleração ampla e mais acentuada do que o esperado, com uma inflação mais alta do que a observada em várias décadas.

50 Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a previsão para o crescimento mundial é de 3,2% em 2022 e 2,7% em 2023, o mais fraco desde 2001, ao excluir a crise financeira de 2008 e a pandemia de Covid-19¹. Espera-se que cerca de 43% dos países registrem recessão técnica, isto é, dois trimestres seguidos com queda do PIB, até o final do próximo ano, o que representa 1/3 do PIB global sob esse risco.

¹ <https://www.imf.org/pt/Publications/WEO/Issues/2022/10/11/world-economic-outlook-october-2022>

51 Para os países da América Latina e Caribe, a previsão é de crescimento de 3,5% em 2022 e 1,7%. No caso do México, a desaceleração também deve ser importante, mas não tão forte como a do Brasil, passando de 2,1%, em 2022, para 1,2% em 2023. No caso do Brasil, o Fundo projeta crescimento de 2,8% em 2022 e 1% em 2023, em consonância com as previsões do Boletim Focus do Banco Central², de janeiro de 2023, cuja projeção é de 3,03% de crescimento para 2022 e de 0,8% em 2023.

52 Os países da área do Euro têm projeção de crescer 3,1% em 2022 e 0,5% em 2023. Para os EUA, as projeções de crescimento são de 1,6% em 2022 e 1% em 2023.

53 O comércio mundial cresceu 10,1% em 2021 e não deve passar de 2,5% em 2023. Isso se deve a dificuldades nas três maiores economias do mundo (Estados Unidos, China e área do euro), devido à materialização de riscos identificados anteriormente pelo FMI: deterioração das condições financeiras globais, por causa da expectativa de elevações mais expressivas das taxas de juros básicas, cujo objetivo seria conter a inflação; maior desaceleração da economia chinesa, devido à política de Covid-19 zero e ao agravamento da crise no setor imobiliário chinês; impacto adverso da guerra na Ucrânia, devido à forte redução na oferta de gás natural da Rússia para a Europa, inclusive com risco significativo de recessão nos principais países do continente.

54 Ainda segundo o FMI, a previsão para a inflação mundial é de 8,8% em 2022, reduzindo para 6,5% em 2023 e para 4,1% em 2024. O FMI aponta oito fatores de riscos que, caso se materializem, podem deprimir ainda mais o crescimento global e manter a inflação alta por mais tempo: possíveis erros na calibragem da política monetária; trajetórias divergentes das políticas monetárias nas economias avançadas e manutenção do dólar forte; persistência da inflação; crises de dívida em economias emergentes vulneráveis; interrupção da oferta de gás russo para a Europa; surgimento de novas variantes de Covid-19 e fragmentação da economia global, dificultando a cooperação internacional.

55 O FMI recomenda ainda um conjunto de iniciati-

vas de políticas com impacto imediato, para recolocar a economia global numa trajetória de baixa inflação e crescimento sustentável e inclusivo, entre as quais: prioridade do combate à inflação; proteção da população mais vulnerável; afastamento dos riscos de retorno da pandemia; medidas preventivas para enfrentar condições financeiras mais restritivas, incluindo medidas de gestão dos fluxos de capitais; políticas climáticas e fortalecimento da cooperação internacional.

56 Essas propostas vão de encontro às prioridades indicadas pelo gabinete de transição do governo Lula para o país, indo além ao propor controle de entrada e saída de capitais, medida necessária para uma economia dependente, como a brasileira.

57 Ao analisar os dados econômicos nos últimos anos, é importante salientar que o país não havia se recuperado da última crise econômica de 2015/2016, que levou à recessão e a mais lenta recuperação da história brasileira. As políticas de austeridade fiscal adotadas nesse período, e no imediatamente posterior, não conseguiram retomar o caminho do crescimento e agravaram as desigualdades sociais, deteriorando ainda mais o mercado de trabalho.

58 A justificativa de seus defensores era de que as reformas serviriam como mais um recurso que permitiria o Brasil resolver seus problemas econômicos, porém, apesar dos alardes da necessidade imperiosa de reformas trabalhista, previdenciária e de teto dos gastos, desde 2016, o país manteve-se em crise. As reformas por si não garantem crescimento e muito menos geração de empregos.

59 Especificamente sobre o emprego, a determinação do seu nível em uma economia, não está no mercado de trabalho e, portanto, não está na legislação laboral. Isto está explícito teoricamente em Keynes em sua principal obra, a Teoria Geral do juro, do emprego e da moeda, documentado em trabalhos empíricos, como numa pesquisa da OIT com 111 países que realizaram reformas trabalhistas. Esta pesquisa constatou que a correlação entre medidas de flexibilização e geração de postos de trabalho é praticamente nula³. A retomada do crescimento econômico virá com um plano nacional

² <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20230106.pdf>

³ https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2015-changing-nature-of-jobs/WCMS_368626/lang--en/index.htm

de desenvolvimento articulado com ações do Estado e do setor privado.

60 O período imediatamente posterior a 2015-2016, após eleição do governo Bolsonaro, o país apresentou resultados insuficientes em termos Produto Interno Bruto (PIB), com crescimento de 1,0% em 2017, 1,1% em 2018 e 1,2% em 2019. Nesse sentido, a pandemia de Covid-19 atinge o Brasil num momento em que a economia não havia se recuperado da crise 2014-2016 e o resultado de 2020 foi de uma queda de 3,3% do PIB.

61 Em 2021, o PIB teve uma variação positiva de 4,6%, resultado determinado principalmente por carregamento estatístico deixado como herança do ano 2020, em função da dirimida base de comparação pregressa.

62 Na década que se finda, de 2012 a 2021, o Brasil apresentou crescimento médio anual de 0,4%, enquanto os países do BRICS tiveram média de crescimento de 3,4%; o mundo 3% e os países desenvolvidos cresceram 1,2%, três vezes mais que o Brasil. Os resultados do PIB em 2021 refletem principalmente a retomada da oferta de serviços, após a abrupta interrupção em 2020.

63 Serviços de transporte de passageiros, armazenagem e correios, internet e desenvolvimento de sistemas (ainda mais impulsionados pela pandemia), bem como serviços presenciais, que retornaram gradativamente ao normal em 2021.

64 Em 2022, o PIB registrou 0,4% de variação no 3º trimestre, quinta taxa positiva na comparação com o trimestre imediatamente anterior. No acumulado em 4 trimestres, o resultado ficou em 3%. As maiores altas se verificaram nos setores de Serviços (1,1%) e Indústria (0,8%), especialmente com a retomada mais forte dos serviços presenciais.

65 No acumulado em 4 trimestres, o setor de Serviços teve 4,4% de crescimento e a Indústria total 0,8%. A Indústria de transformação, por sua vez, acumulou queda de 2,1% nos últimos 4 trimestres. A Agropecuária apresentou queda de 0,9% no 3º trimestre de 2022 e no acumulado em 4 trimestres teve resultado negativo de -1,3%.

66 Sob a ótica da demanda, os investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo) cresceram 2,8% frente ao segundo trimestre, enquanto o Consumo das Famílias aumentou 1,0%, e o do Governo cresceu 1,3%. A taxa acumulada em quatro trimestres foi de 0,8% para os Investimentos, 3,7% para o Consumo das famílias e 2,5% o consumo do Governo.

MERCADO DE TRABALHO – queda do desemprego oculta trabalho precário

67 O mercado de trabalho brasileiro também passou por um cenário desafiador no período pré-pandemia de Covid-19. A taxa de desocupação⁴ da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios se estabilizou em um patamar acima de 2 dígitos desde o 1º trimestre de 2016, com variação de 11% a 14,9% até o 1º trimestre de 2022, momento em a taxa se reduz a 8,7% no 3º trimestre de 2022.

68 Entre 2014 e 2019, o contingente de desocupados no Brasil aumentou de 6,7 para 12,6 milhões, elevação de quase 90%. A taxa de desocupação passou de 6,8%, em 2014, para 11,9%, em 2019, alta de 75%. Além do desemprego maior, o mercado de trabalho do país sofre também acelerado processo de precarização, com crescimento do número de trabalhadores por conta própria, a partir de novas formas de contratação do trabalho, especialmente após a reforma trabalhista aprovada em 2017, com alterações profundas na legislação do trabalho, precarizando as formas de contratação, alterando a jornada de trabalho, aspectos estruturais da organização sindical e das negociações coletivas, bem como das condições de trabalho. Por exemplo, em 2014, havia 21,1 milhões de autônomos. Em 2019, 24,2 milhões, acréscimo de 3,1 milhões em cinco anos. Desse total, 80% não tinham CNPJ, proteção trabalhista ou ainda não contribuíam com a previdência.

69 O rendimento médio real e nominal de todos os trabalhos⁵, em 2019, foi estimado em R\$ 2.371,00, próximo ao verificado em 2014 (R\$ 2.361,00). Metade dos trabalhadores que obtiveram os menores rendimentos

⁴ A taxa de desocupação – termo utilizado pelo IBGE e por estudiosos do mercado de trabalho – é mais ampla que a taxa de desemprego, por incluir também a desocupação de autônomos e trabalhadores por conta própria.

⁵ Valor médio recebido habitualmente pelas pessoas com rendimento de trabalho

recebeu, em média, R\$ 850,00. Por outro lado, aqueles que fazem parte do 1% da população com os maiores rendimentos receberam, em média, R\$ 28.659,00. Em 2019, o rendimento domiciliar mensal per capita no Brasil foi de R\$ 1.438,00. Por outro lado, o extrato mais rico (1% dos brasileiros), vivia com R\$ 17.373,00 mensais. Portanto, as desigualdades de rendimento aumentaram no período.

70 A taxa de subutilização da força de trabalho⁶ é outro problema grave do mercado de trabalho brasileiro. Em 2019, o número de subutilizados chegou a 27,6 milhões de pessoas, saltando de uma taxa de 15% em 2014, para 24,2% no ano passado. A população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas passou de 4,9 milhões, em 2014, para 7,5 milhões, em 2019. A relação entre insuficiência de horas trabalhadas e insuficiência de renda é estreita e direta. Os trabalhadores que gostariam de trabalhar mais horas são os que têm jornadas menores e rendimentos mais baixos.

71 A conexão entre essa condição de ocupação e a situação de pobreza é evidente. Um bom exemplo dessa situação são os entregadores de comida que trabalham para aplicativos e utilizam bicicleta, sem qualquer tipo de regulação, relatam sentir fome durante a jornada de trabalho ou que comem antes de sair de casa, pela manhã, entregam comida o dia todo e, após rodarem cerca de 100 km, só fazem nova refeição à noite, ao chegarem em casa.

72 O fragilizado e desestruturado mercado de trabalho ficou pior com a pandemia. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) Covid-19⁷, 26,3 milhões de brasileiros declararam não ter trabalhado nem procurado trabalho, mas que gostariam de estar trabalhando, em maio de 2020.

73 Entre eles, 18,5 milhões afirmaram estar nessa situação por causa da pandemia. Do total de ocupados, 19,0 milhões estavam afastados do trabalho. Desses,

15,7 milhões disseram que o motivo do afastamento era a pandemia e 9,7 milhões relataram ter deixado de receber remuneração.

74 Duas informações chamam a atenção: i) a média semanal de horas efetivamente trabalhadas no país (27,4h) ficou abaixo da média habitual (39,6h); ii) o rendimento efetivo dos trabalhadores (R\$ 1.899,00) foi 18,1% menor que o rendimento habitual (R\$ 2.320,00). O rendimento diminuiu 18% em função da jornada ter sido reduzida, ou por ter perdido oportunidades de trabalho.

75 A incapacidade do governo para implementar rapidamente os programas de auxílio aos trabalhadores dificultou o direito ao isolamento social, tornando o Brasil o segundo país com mais óbitos devido à pandemia da Covid-19, superado apenas pelos Estados Unidos. O governo fez o mínimo para atender trabalhadores e micros/pequenos empresários que ficaram sem renda. O auxílio emergencial de R\$ 600,00 (quase o custo de uma cesta básica para um adulto, com 13 produtos alimentares) foi uma conquista importante, obtida com pressão dos movimentos sindicais e sociais e a contragosto do governo. A proposta inicial do governo era de, no máximo, R\$ 200 para a renda emergencial, quando a inflação foi mais alta para as famílias de menor poder aquisitivo⁸.

76 O DIEESE fez uma série de investigações sobre o comportamento do mercado de trabalho, sendo oportuno retomar o estudo⁹ que investiga o aumento em 71,6% dos desligamentos por morte no emprego celetista nos primeiros trimestres de 2020 e 2021, com destaque para as atividades de atenção à saúde humana, cujo crescimento foi de 75,9%, sendo que entre os médicos os desligamentos por morte triplicaram e entre os enfermeiros, duplicaram. O Amazonas foi o estado onde houve a maior ampliação desse tipo de desligamento: 437,7%. Na educação, o crescimento foi de 106,7% e em transporte, armazenagem e correio, de 95,2%.

⁶ Composta pelos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, ou seja, pessoas que trabalhavam menos de 40 horas semanais e gostariam e estavam disponíveis para trabalhar mais horas, se houvesse a possibilidade; pelos desocupados que buscavam trabalho e; pela força de trabalho potencial, da qual fazem parte aqueles que procuraram trabalho, mas não estavam disponíveis na semana que antecedeu a pesquisa e pelos desalentados, pessoas que querem trabalhar, mas não procuraram trabalho.

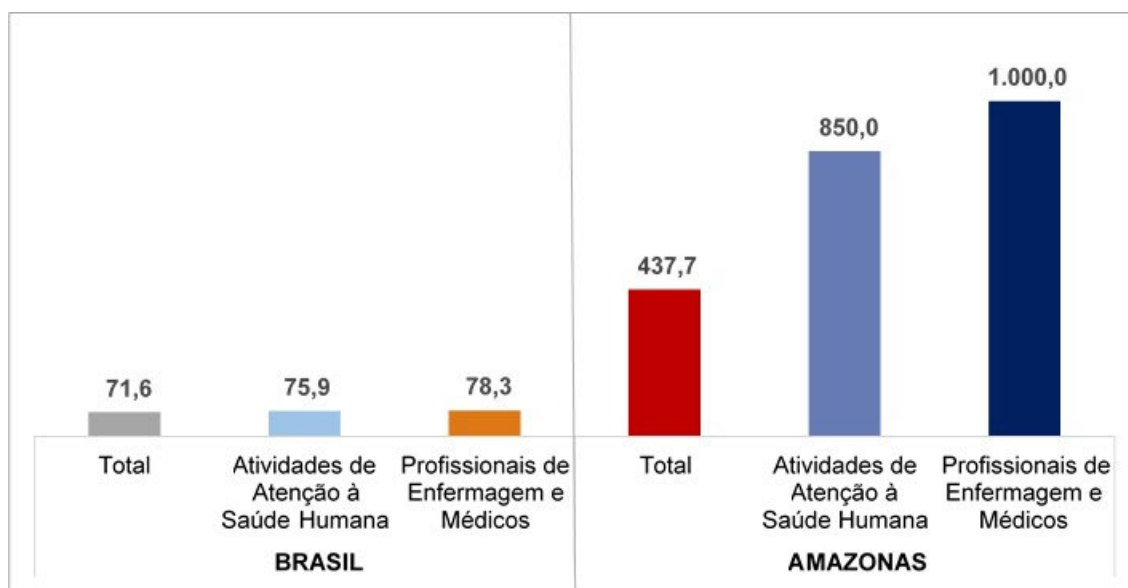
⁷ Pesquisa realizada pelo IBGE, a partir da pandemia.

⁸ <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/>

⁹ <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2021/boletimEmpregoEmpauta18.pdf>

Gráfico 1

Crescimento dos desligamentos por morte no emprego celetista, entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021 - Brasil e Amazonas - (em %)



Fonte: Novo Caged, SEPRT-ME. Elaboração: DIEESE

77 Passada a fase aguda da pandemia, os últimos resultados da PNADC indicam uma taxa de desemprego de 8,3% no trimestre encerrado em outubro de 2022, com 9 milhões de pessoas desocupadas, representando um recuo de 8,7% em comparação com o trimestre encerrado em julho, menor nível desde de 2015. O contingente de ocupados chegou a 99,7 milhões, um aumento de 1% no trimestre. A taxa de ocupação aumentou 0,4 ponto percentual (p.p.) e alcançou 57,4%. Já a taxa composta de subutilização caiu para 19,5%, uma queda de 1,4 p.p. no trimestre e 6,7 p.p. no confronto contra o mesmo trimestre do ano passado. A população subutilizada também caiu (6,7%) e chegou 22,7 milhões de pessoas.

78 O rendimento real habitual cresceu no trimestre encerrado em outubro de 2022. Observou-se um aumento de 2,9% em relação ao trimestre anterior, chegando ao valor de R\$ 2.754. Entre as posições, destaque para as altas no grupo de Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar) (3,4%, ou mais R\$ 137) e Conta própria (3,3%, ou mais R\$ 69), além do Empregado com carteira de trabalho assinada (3,1%, ou mais R\$ 79).

79 Por sua vez, o número de empregados sem carteira assinada no setor privado bateu o recorde da série, chegando 13,4 milhões de pessoas, um aumento de 2,3% (297 mil pessoas) contra o trimestre anterior e de

11,8% (1,4 milhão de pessoas) no ano.

80 A taxa de informalidade foi de 39,4% no terceiro trimestre de 2022. As maiores taxas foram observadas no Pará (60,5%), Maranhão (59,1%) e Amazonas (57,1%), estados onde a maioria dos ocupados estava em trabalhos informais. Já Santa Catarina (25,9%), Distrito Federal (29,8%) e São Paulo (30,6%) tinham as menores proporções.

81 Dos trabalhadores domésticos, 25,3% tinham carteira assinada e entre os empregados do setor privado, essa proporção era de 73,3%, com menores percentuais no Norte (57,7%) e no Nordeste (57,3%). Santa Catarina (88,4%), Rio Grande do Sul (81,3%) e São Paulo (81,2%) foram os estados com as maiores proporções. Já as menores foram Maranhão (47,0%), Piauí (48,5%) e Pará (50,3%).

82 A retomada das atividades econômicas, principalmente a partir do segundo semestre de 2021, no setor de serviços, tem promovido o crescimento dos postos de trabalho no Brasil, ainda que em condições precárias, sobretudo quando se leva em conta o rendimento. Nesse sentido, a ocupação tem aumentado principalmente em posições que requerem menos escolaridade e que pagam menores salários, o que revela um mercado de trabalho empobrecido e com poucas perspectivas de ascensão para os trabalhadores.

Persistem desigualdades entre mulheres, homens e de raça/cor no mercado de trabalho.

83 A taxa de desocupação de homens (6,9%) continua abaixo do índice nacional (8,7%), enquanto a das mulheres segue bem acima (11,0%) no terceiro trimestre de 2022, sendo que a distância entre eles vem aumentando. Entre pretos e pardos, as taxas de desocupação foram de 11,1% para pretos e 10,0% para pardos. Já a dos brancos ficou abaixo da média nacional: 6,8%.

Jovens de baixa renda têm mais dificuldade para estudar e trabalhar.

84 Segundo estudo do DIEESE¹⁰, a juventude aumentou sua inserção no mercado de trabalho acompanhando a retomada das atividades econômicas pós fase aguda da pandemia. Porém, grande parcela dos jovens se mantém fora do mercado de trabalho e sem frequentar a escola¹¹.

85 Dos jovens de 15 a 29 anos, que correspondem a 7,6 milhões de pessoas, cerca de 15% não frequentavam escola formal, não trabalhavam e não estavam procurando trabalho em 2021. Entretanto, os motivos e a quantidade de jovens que estavam nessa situação variavam conforme a renda familiar. Entre as famílias mais pobres, o percentual era de 24% e o principal motivo eram os afazeres domésticos e os cuidados de pessoas. Entre os mais ricos, a proporção era de 6% e a justificativa determinante era o estudo em outros cursos, como os pré-vestibulares.

86 Ficou evidente no estudo do DIEESE, que as disparidades são maiores entre os jovens que não frequentam a escola, não trabalham e não buscam trabalho, quando se leva em conta a renda familiar. Enquanto os mais ricos se preparavam para ingressar no ensino superior, entre os mais pobres, uma proporção menor tinha essa perspectiva, com um grupo relevante, formado principalmente por mulheres, obrigado a cuidar dos

afazeres domésticos e de pessoas da família. Ampliar as redes públicas de creches e de cuidados de pessoas, oferecer bolsas de estudo, aprimorar os serviços de intermediação e qualificação de mão de obra são algumas políticas que poderiam contribuir para mudar essa situação do jovem de baixa renda.

O SALÁRIO MÍNIMO E A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO

87 Segundo o DIEESE¹², a política de valorização do salário mínimo (SM) foi conquistada como resultado da ação conjunta das Centrais Sindicais, por meio das “Marchas a Brasília”, realizadas entre 2004 e 2009. As duas primeiras, em 2004 e 2005, conquistaram reajustes expressivos para o salário mínimo nos anos seguintes.

88 Com a terceira Marcha no final de 2006, foram conquistados o aumento do valor do salário mínimo de 2007 e a adoção de uma política de valorização desta remuneração, que deveria perdurar até 2023.

89 Essa política teve como critérios o repasse da inflação do período entre as correções, o aumento real pela variação do PIB, além da antecipação da data-base de revisão - a cada ano - até ser fixada em janeiro, em 2010. Esta sistemática se mostrou eficiente na recuperação do valor do salário mínimo e é reconhecida como um dos fatores mais importantes no aumento da renda da população mais pobre e marca o sucesso de uma luta que promoveu o grande acordo salarial da história do país.

90 Apenas em fevereiro de 2011, aprovou-se Projeto de Lei que estabeleceu o mecanismo de aumento anual até 2015. Em julho de 2015, tornou-se lei a Medida Provisória que dava continuidade à valorização do salário mínimo nos moldes anteriores - com reajustes e aumentos anuais - e vigência até 2019. Portanto, depois do reajuste e aumento de janeiro de 2019, do ponto de vista legal, a política voltada para o salário mínimo terminou. O resultado é o que se pode observar na tabela abaixo¹³:

10 <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2022/boletimEmpregoempauta24.pdf>

11 Grupo popularmente conhecido como “nem-nem” (nem estuda nem trabalha).

12 <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec201SalarioMinimo.pdf>

13 <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2023/notaTec271salarioMinimo.pdf>

Tabela 1

Reajuste do Salário Mínimo 2003-2023				
Período	Salário Mínimo	Reajuste Nominal	INPC	Aumento Real
	R\$	%	%	%
abr/02	200,00			
abr/03	240,00	20,00	18,54	1,23
mai/04	260,00	8,33	7,06	1,19
mai/05	300,00	15,38	6,61	8,23
abr/06	350,00	16,67	3,21	13,04
abr/07	380,00	8,57	3,30	5,10
mar/08	415,00	9,21	4,98	4,03
fev/09	465,00	12,05	5,92	5,79
jan/10	510,00	9,68	3,45	6,02
jan/11	545,00	6,86	6,47	0,37
jan/12	622,00	14,13	6,08	7,59
jan/13	678,00	9,00	6,20	2,64
jan/14	724,00	6,78	5,56	1,16
jan/15	788,00	8,84	6,23	2,46
jan/16	880,00	11,68	11,28	0,36
jan/17	937,00	6,48	6,58	-0,10
jan/18	954,00	1,81	2,07	-0,25
jan/19	998,00	4,61	3,43	1,14
jan/20	1.039,00	4,11	4,48	-0,36
fev/20	1.045,00	0,58	0,19	0,39
jan/21	1.100,00	5,26	5,25	0,01
jan/22	1.212,00	10,18	10,16	0,02
jan/23 (1)	1.302,00	7,42	5,93	1,41
TOTAL PERÍODO	-	551,0	258,8	81,4

Fonte: IBGE; DIEESE
Elaboração: DIEESE
Nota: (1) Estimativa

91 Os resultados da política de valorização do salário mínimo demonstram que uma série de efeitos positivos foram conquistados ao longo do período. Destacamos alguns deles:

- Favoreceu aqueles que recebem 1 salário mínimo: assalariados, servidores, beneficiários da Previdência e os que usufruem de outros benefícios sociais (abono, Benefício de Prestação Continuada - BPC).
- Ao elevar o piso nacional, contribuiu para reduzir as desigualdades salariais entre homens e mulheres, negros e não negros, entre regiões.
- Impacto positivo sobre os reajustes dos pisos salariais das diversas categorias de trabalhadores/as.
- Contribuiu com a melhora da renda dos trabalhadores/as sem carteira assinada, pois o salário mínimo é referência para os proventos desse grupo.
- O salário mínimo está em patamar acima do que estava nos anos 1990, 2000, 2010, do que ao período anterior à atual Constituição de 1988 - ou

seja, a política de valorização surtiu efeito.

- A política constitui um dos fatores mais importantes para o aumento da renda da população mais pobre e marca o sucesso de uma luta que promoveu um grande acordo salarial na história do país.
- A política estabeleceu, ao mesmo tempo, uma regra permanente e previsível, promovendo a recuperação gradativa e diferida no tempo, com referência para os aumentos reais e estímulo ao crescimento da economia.
- A valorização do SM induz à ampliação do mercado consumidor interno e, em consequência, fortalece a economia brasileira.

92 Após o fim da política de valorização do SM, em 2019, o salário mínimo estagnou e houve apenas o reajuste anual da inflação, sem aumento real, causando perdas em anos específicos, especialmente a partir do segundo semestre de 2020, com a inflação acumulando altas sucessivas, principalmente em três grupos: alimentação e bebidas, transportes e habitação, cujo impacto no orçamento das famílias de renda próxima ao SM é elevado.

93 O novo presidente eleito assumiu um compromisso durante a campanha, no sentido da construção de uma proposta de política de valorização permanente do SM, a ser elaborada no início do governo, juntamente com as Centrais Sindicais e pode ou não alterar o valor atual de R\$ 1.302,00.

CESTA BÁSICA, ALIMENTOS E INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

94 Segundo pesquisa da Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional)¹⁴, 40% dos domicílios brasileiros convivem com algum tipo de insegurança alimentar, o que é equivalente a cerca de 125,2 milhões de pessoas, mais da metade da população do país.

95 Cerca de 15% dos brasileiros, equivalente a 33 milhões de pessoas, passam fome. Esse indicador é especialmente grave, no caso do Brasil, porque a insegurança alimentar nada tem a ver com questões demográficas ou climáticas: o Brasil é o terceiro maior produtor de ali-

14 <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>

mentos e o maior produtor de proteína animal do mundo.

96 Por vários meses de 2021 e 2022 a inflação em 12 meses ficou na casa dos dois dígitos, puxada por alimentos para os quais é destinada boa parte da renda da maioria esmagadora da população. O empobrecimento de parcela expressiva dos trabalhadores brasileiros é visível. O valor da cesta básica em 2022¹⁵ aumentou nas 17 capitais, nas quais o DIEESE realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. As altas mais expressivas, quando se compara dezembro de 2021 com o mesmo mês de 2022, foram registradas em Goiânia (17,98%), Brasília (17,25%), Campo Grande (16,03%) e Belo Horizonte (15,06%). Já as menores taxas acumuladas foram as de Recife (6,15%) e Aracaju (8,99%).

97 Em dezembro de 2022, o maior custo do conjunto de bens alimentícios básicos foi observado em São Paulo (R\$ 791,29), depois em Florianópolis (R\$ 769,19) e Porto Alegre (R\$ 765,63). Entre as cidades do Norte e Nordeste, onde a composição da cesta é diferente das outras capitais, Aracaju (R\$ 521,05), João Pessoa (R\$ 561,84) e Recife (R\$ 565,09) registraram os menores valores.

98 Com base na cesta mais cara, que, em dezembro, foi a de São Paulo, e levando em consideração a deter-

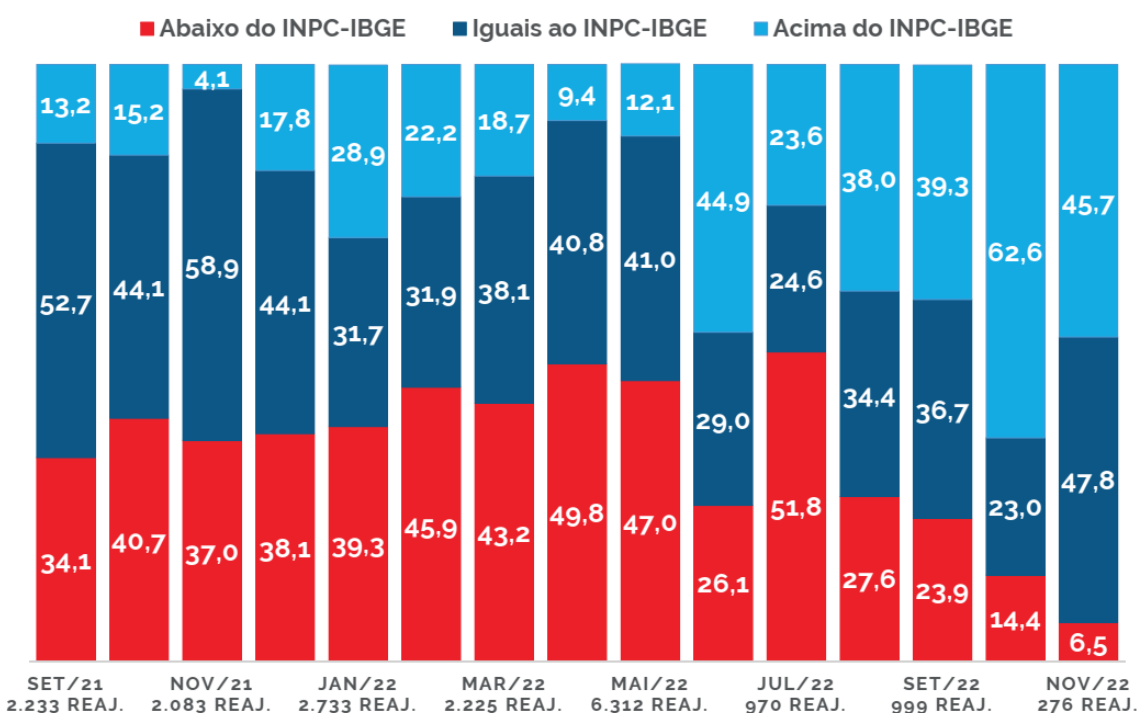
minação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em dezembro de 2022, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 6.647,63, ou 5,48 vezes o mínimo de R\$ 1.212,00.

99 Além da inflação alta, a elevação dos preços dos alimentos, soma-se parte expressiva das negociações coletivas que não conseguiram repor a perda inflacionária em vários meses de 2022.

100 Somente a partir de agosto de 2022 verifica-se uma queda consecutiva de reajustes salariais abaixo do INPC. Análise do DIEESE indica que houve ligeira melhora nos resultados das negociações dos reajustes salariais até novembro de 2022, com 60% das negociações com reajustes iguais ou acima da inflação (36% em valores iguais e 23,8% em valores acima) e 40% em reajustes abaixo do INPC-IBGE. No entanto, a variação real média dos reajustes, em que pese a melhora nas últimas datas-bases, segue negativa: - 0,78%, em relação ao INPC.

Gráfico 2

Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC/IBGE, por data-base (em %)



Fontes: Ministério do Trabalho e Previdência, Mediador; IBGE, INPC
Elaboração: DIEESE. Obs.: a) Valores em percentuais; b) situação em 9/dez/2022

15 <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2022/202212cestabasica.pdf>

A PRODUÇÃO INDUSTRIAL SEGUE PERDENDO DINAMISMO

101 A crise da indústria é anterior à pandemia. Na última década, diversos fatores resultaram em um processo de reprimarização da economia e desindustrialização. Destaca-se, ainda, a dificuldade em se implantar uma política industrial em um país que tem uma inserção menos qualificada nas cadeias globais de valor. Soma-se a isso o impacto sofrido após 2014 pela construção civil pesada e pelo setor de gás e petróleo, como desdobramento das atividades da Operação Lava Jato¹⁶.

102 Ao longo da última década, a participação da indústria no valor adicionado nacional reduziu-se de 27,4% para 20,4%, expressando o processo de desindustrialização em curso no país. Em 2019, a produção industrial no Brasil já tinha diminuído 1,1% em relação a 2018. O patamar de produção industrial de 2019 foi semelhante ao de 2009: é como se o país tivesse regredido 10 anos em termos de produção industrial.

103 Aliado aos problemas conjunturais e estruturais (desindustrialização), temos a chamada 4^o Revolução Industrial. O Brasil precisaria investir bilhões em pesquisa e inovação industrial nesse momento, para congelar a histórica defasagem técnica e científica em relação aos países desenvolvidos.

104 Segundo a Pesquisa Industrial Mensal- Produção Física (PIM-PF) do IBGE, a produção industrial variou -0,1% na passagem de outubro para novembro de 2022, após avançar 0,3% no mês anterior e encontra-se 2,2% abaixo do patamar pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 18,5% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011. Na comparação com novembro de 2021, houve crescimento de 0,9%. No ano, a indústria acumula queda de 0,6% e, em 12 meses, de 1,0%. São 4 meses consecutivos com resultados negativos.

105 Apesar dos resultados positivos em alguns

meses do início de 2022, foi uma reação pontual, corroborado pelo cenário de inflação alta, com destaque para os alimentos, elevado número de trabalhadores fora do mercado de trabalho, precarização dos postos de trabalho e uma massa de rendimentos que avançou pouco. A indústria teria que crescer 7,8% em dezembro de 2022 comparado com o mesmo mês de 2021 para finalizar 2022 com estabilidade, segundo o gerente da PIM-PF, André Macedo¹⁷.

106 A indústria em 2021 teve um desempenho muito fraco, inclusive perdendo participação na produção mundial¹⁸, sua base comparação, portanto, está reprimido, o desempenho de 2022 foi um pouco melhor, mas espera-se que o ano termine com recuo na produção física. De janeiro a novembro de 2022, a indústria acumula perda de 0,6% em comparação com o mesmo período de 2021. A maioria dos ramos industriais (61,5%) estão em retrocesso, com destaque para produtos de metal (-9,8%), metalurgia (-4,9%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-10,9%) e produtos de borracha e de material plástico (-6,0%).

107 Contudo, alguns segmentos industriais apresentaram recuperação importante, como o segmento automotivo (+17,5% em out-nov/22) e outros equipamentos de transporte (+20,5%), que estão favorecendo a produção deste macrossetor como um todo (+6,8% em out-nov/22). Para o acumulado de doze meses, a produção industrial teve redução de -1,0% e no acumulado no ano houve perda de -0,6%. Em comparação ao mesmo mês do ano anterior (novembro de 2021), registrou-se aumento de +0,9%.

DESEMPENHO POR SETORES INDUSTRIAIS

108 Setorialmente houve variação positiva em 15 dos 26 ramos pesquisados (57,6%) da produção industrial em novembro de 2022, comparado com novembro

¹⁶ Para maiores informações, ver o livro “Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política”, publicado pela Editora Expressão Popular; 2021.

¹⁷ <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/01/05/industria-teria-que-crescer-78-pontos-percentuais-em-dezembro-para-encerrar-2022-com-estabilidade-diz-ibge.ghtml>

¹⁸ Segundo a CNI, a indústria “viu sua participação na produção mundial recuar de 1,31%, em 2020, para 1,28%, em 2021, segundo a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido). Com isso, o Brasil foi ultrapassado pela Turquia e caiu para a 15^a posição.” Para detalhes ver: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/bb/34/bb34e316-46a4-4057-a2e5-454f36fe100/desempenho_da_industria_no_mundo_setembro2022_v2.pdf

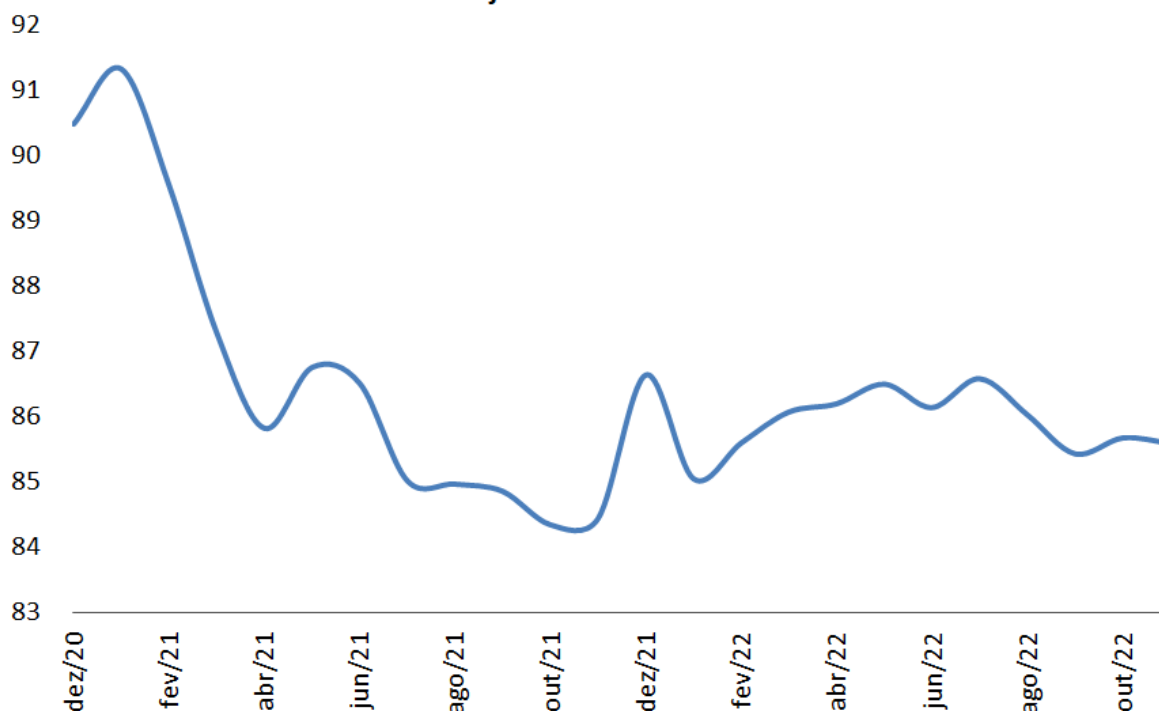
de 2021. Das variações positivas, as maiores foram em bebidas (10,3%), impressão e reprodução de gravações (8,4%), produtos de madeira (7,4%), produtos diversos (6,5%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (4,4%). As maiores variações negativas ficaram por conta dos seguintes setores: produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (-1,5%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-1,8%), artigos do vestuário e acessórios (-3,8%), produtos têxteis (-5,4%) e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-6,5%).

109 A produção industrial acumulada nos últimos

12 meses apresentou variação positiva em 10 dos 26 ramos, sendo as maiores observadas nos seguintes segmentos: outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (12,2%), produtos do fumo (9,3%), coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (6,6%), fabricação de bebidas (3,5%) e celulose, papel e produtos de papel (3,4%). Por outro lado, as maiores quedas foram: metal, exceto máquinas e equipamentos (-9,8%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-10,9%), produtos de madeira (-11,3%), produtos de produtos têxteis (-12,9%) e móveis (-17,2%).

Gráfico 3

Indústria Geral
Número Índice Com Ajuste Sazonal - Base: Média 2012 = 100



Fonte: IBGE. Elaboração: IEDI

110 A produção industrial metalúrgica apresentou comportamentos distintos, a depender da atividade. Em novembro, a Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (4,4%), Metalurgia (3,1%), Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (2,2%) e Fabricação de máquinas e equipamentos (0,3%) tiveram resultados positivos. As maiores perdas foram em Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos

(-6,5%) e Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-1,8%).

111 Os resultados acumulados em 12 meses indicam queda de 0,8% para a Indústria de Transformação e crescimento no segmento de Fabricação de Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (11,2%) e para Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (2,0%). As demais atividades metalúrgicas acumulam queda em 12 meses.

Tabela 2
Produção industrial mensal – produção física
Ramos selecionados – Brasil

NOVEMBRO 2022				
Seções e atividades industriais	mês/mês anterior (%)	igual mês anterior (%)	acumulada ano (%)	acumulada nos últimos 12 meses (%)
1 Indústria geral	-0,1	0,9	-0,6	-1,0
3 Indústrias de transformação	0,1	1,3	-0,3	-0,8
3.24 Metalurgia	3,1	3,5	-4,9	-5,6
3.25 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-1,5	-6,9	-9,8	-10,6
3.26 Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-6,5	-6,2	0,8	-0,1
3.27 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-1,8	-9,4	-10,9	-11,6
3.28 Fabricação de máquinas e equipamentos	0,3	-3,0	-1,8	-1,7
3.29 Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	4,4	13,1	2,9	2,0
3.30 Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	-0,7	23,6	12,2	11,2
3.33 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	2,2	-10,8	-0,3	0,2

Fonte: IBGE, PIM-PF.
 Elaboração: DIEESE - Subseção CNM-CUT

PRODUÇÃO INDUSTRIAL REGIONAL

112 O fraco desempenho da indústria em novembro, quando registrou queda de 0,1% em relação ao mês anterior, foi decorrente de uma parcela dos parques regionais do setor. Segundo o IBGE, a produção industrial recuou em 6 dos 15 locais pesquisados regionalmente, em novembro de 2022, com destaque para Pará (-5,2%), Pernambuco (-2,0%), Rio Grande do Sul (-1,3%), Região Nordeste (-1,3%), Rio de Janeiro (-0,9%) e Goiás (-0,3%).

113 São Paulo, que possui o maior e mais completo parque industrial do país, cresceu 3,1%, aumentando o ritmo de crescimento ante o resultado de outubro de 2022 (0,7%). As maiores altas em novembro foram no Paraná (8,5%) e Espírito Santo (7,6%), Ceará (4,3%), Mato Grosso (3,8%), Bahia (3,5%), São Paulo (3,1%), Minas Gerais (2,2%), Santa Catarina (0,3%) e Amazonas (0,1%).

O RAMO METALÚRGICO

114 O ramo metalúrgico está ligado ao setor da indústria de transformação, que é definido pelas atividades que envolvem a transformação física, química

e biológica de materiais, substâncias e componentes, com a finalidade de obter produtos novos. Tudo que é transformado nesse setor são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, da pesca e produtos de outras atividades industriais.

115 Possui uma divisão muito heterogênea, sendo encontrado ao longo das diversas cadeias produtivas dos demais setores da economia. Está relacionado exclusivamente à produção e transformação dos metais, abarca desde a fundição dos minérios metálicos (ferro, zinco, cobre, alumínio etc.) até a construção de grandes plataformas petrolíferas, produção automobilística, itens domésticos – como ferramentas, talheres, geladeiras – e máquinas para uma infinidade de outros setores, passando por processos como usinagem, estamparia, forjaria, montagem, controle de qualidade, entre outros, a depender do segmento que é tratado.

116 Embora este ramo – assim como toda a indústria de transformação – produza, em geral, bens tangíveis (mercadorias), algumas atividades de serviços são também incluídas no seu âmbito, tais como os serviços industriais, a montagem de componentes de produtos industriais, a instalação de máquinas e equipamentos e os serviços de manutenção e reparação. Os serviços industriais constituem parte integrante da cadeia

de transformação dos bens e exigem equipamentos, técnicas e habilidades específicas, características do processo industrial, e tanto podem ser realizados em unidades integradas como em unidades especializadas.

117 Por conta dessa diversidade do ramo metalúrgico (que trata de produtos para consumo básico, consumo intermediário e de bens de capital) é feita a divisão deste com o objetivo de entender a especificidade de cada segmento, seu histórico, desenvolvimento e desafios. A separação feita a partir da ótica dos trabalhadores (as) metalúrgicos (as) da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores (CNMCUT), por segmentos utilizados aqui, são as seguintes: siderurgia e metalurgia básica; eletroeletrônico; aeroespacial e de defesa; naval, bens de capital mecânico (divididos em máquinas e equipamentos e máquinas e equipamentos agrícolas); automotivo (divididos em montadoras e autopeças); e outros materiais de transporte.

118 Para o levantamento de dados do ramo metalúrgico, delimitou-se o campo a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na sua versão 2.0, composta por modelo hierárquico, organizado por ordem de agregação em divisões, classes e subclasses, um código em que cada estabelecimento (empresa/

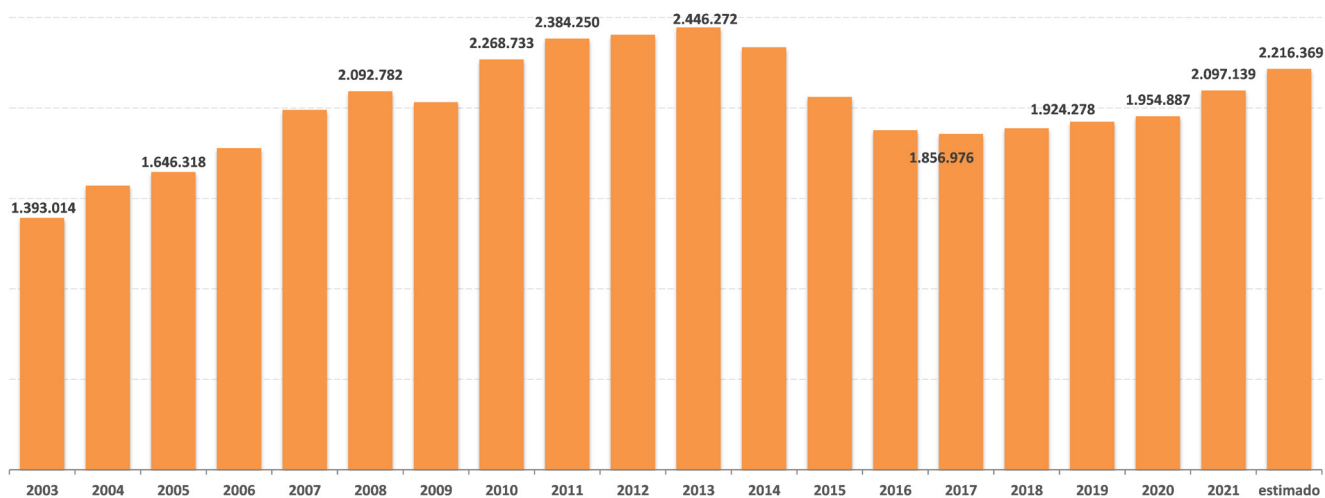
fábrica) está cadastrado. Essa classificação se refere exclusivamente ao ramo (divisão da 24 a 30 e 33).

EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO RAMO METALÚRGICO BRASILEIRO

119 O emprego no ramo metalúrgico brasileiro apresentou forte expansão em seu mercado de trabalho formal até 2013, ano em que atingiu seu auge de postos de trabalho com carteira assinada, segundo dados do Ministério do Trabalho (MTb). Em 2009, ano imediatamente após a eclosão da crise internacional, o mercado de trabalho recuou e mais de 60 mil postos foram fechados. Nos anos seguintes, de 2010 a 2013, há uma retomada e são gerados 413.799 empregos. No período entre 2014 e 2017 essa trajetória se inverte e mais de 589 mil postos de trabalho são fechados, segundo os dados da RAIS¹⁹.

120 O impacto da crise mundial do capitalismo, com seu início em 2008, é profundo e prolongado. Foram necessários dez anos (2003-2013) de crescimento industrial para criar mais de um milhão de empregos na metalurgia e, em apenas quatro anos (2014-2017), mais da metade desses postos de trabalho desapareceram. Entre 2018 e 2022 há uma retomada e são gerados 359.393 postos de trabalho, com uma estimativa de 2.216.369 vínculos em 2022.

Gráfico 4
Evolução do emprego no ramo metalúrgico
Brasil, 2003-2022



Fonte: RAIS; 2003-2021/Novo Caged 2020. Ministério da Economia

Elaboração: Subseção DIEESE/CNM-CUT.

Obs.: Valor estimado para 2022 com dados do Novo Caged acumulados até novembro.

19 Relação Anual de Informações Sociais é uma base estatística do Ministério do Trabalho que possui, entre outras, informações consolidadas do estoque de trabalhadores do ano.

121 O Ramo esteve presente²⁰ em mais de 1.800 municípios de todas as Unidades da Federação (UF), crescimento de 5,2% em comparação com 2018, segundo informações da RAIS.

122 A distribuição dos trabalhadores metalúrgicos no país mantém a concentração estrutural da atividade na região Sudeste, com 59,2% do total de vínculos em 2021, seguida da região Sul, com 27,0%. Durante o período analisado (2018-2021) houve uma redução de -1,3% na participação no Sudeste e um aumento de +0,8% na região Sul.

123 A análise estadual manteve São Paulo no topo do ranking, com 39,9% dos postos de trabalho, seguido por Minas Gerais, com 12,2%, Rio Grande do Sul, com 10,1% e Santa Catarina, com 9,1%. No entanto, apesar da concentração em âmbito estadual não sofre modificação, a distribuição mudou. O estado de São Paulo foi o que mais perdeu participação no total, com recuo de 1,9% e Minas Gerais foi a UF que mais aumentou, com variação de 0,7%.

124 Entre 2018 e 2021 houve crescimento de 11,1% no emprego metalúrgico, totalizando 2,0 milhões de trabalhadores no Brasil. Os segmentos Aeroespacial/Defesa e Eletroeletrônico registraram queda em seus respectivos estoques, sendo no eletroeletrônico observada a maior redução, de 25,1%.

125 Em que pese o crescimento absoluto e relativo do total de trabalhadores no ramo metalúrgico, a remuneração média real²¹ apresentou queda significativa no período, e função da elevação sistemática dos preços no período.

126 A remuneração média real em 2021 foi de R\$ 3.837,5, inferior em 12,4% em relação à remuneração média real de 2018, que ficou em R\$ 4.381,4. Todos os segmentos registraram queda na remuneração média real no período analisado, com destaque para os segmentos Naval (-18,1%), Automotivo (-17,3%), Aeroespacial e Defesa (-16,7%) e Eletroeletrônico (-15,6%) e Outros materiais de transportes (-14,9%).

Tabela 3
Distribuição dos metalúrgicos, por segmento CNM/CUT e remuneração média real
Brasil, 2018/2021

Segmento	2018			2021			Diferença nº trabalhadores (2018/2021)	Variação nº trabalhadores	Variação remun. média
	nº trabalhadores	Remuneração média (R\$)	Part %	nº trabalhadores	Remuneração média (R\$)	Part %			
Aeroespacial e Defesa	32.370	7.905,9	1,7%	29.706	6.585,5	1,4%	-2.664	-8,2%	-16,7%
Automotivo	417.429	5.375,1	22,1%	425.003	4.446,3	20,3%	7.574	1,8%	-17,3%
Eletroeletrônico	484.756	4.318,3	25,7%	363.308	3.645,2	17,3%	-121.448	-25,1%	-15,6%
Bens de capital	322.727	4.019,9	17,1%	582.316	3.772,5	27,8%	259.589	80,4%	-6,2%
Naval	26.048	4.155,6	1,4%	28.699	3.404,2	1,4%	2.651	10,2%	-18,1%
Outros materiais transportes	28.703	4.797,8	1,5%	32.858	4.082,7	1,6%	4.155	14,5%	-14,9%
Siderurgia e metalurgia básica	575.639	3.707,7	30,5%	635.249	3.478,0	30,3%	59.610	10,4%	-6,2%
Total	1.887.672	4.381,4	100,0%	2.097.139	3.837,5	100,0%	209.467	11,1%	-12,4%

Fonte: RAIS

Elaboração: DIEESE, subseção CNM/CUT

Nota: remuneração média real, a preços de dezembro de 2021, tendo como referência o INPC/IBGE

127 A inserção dos (as) trabalhadores (as) metalúrgicos (as) negros (as) no mercado de trabalho foi de 30,9% em 2021, cuja remuneração média foi inferior em 28,7% em relação a um não negro, superior ao compararmos com os resultados de 2018, cuja diferença foi

de 27,5%. No período analisado, houve perda de poder de compra para os negros, com queda de 10,2% em 2021, em comparação com 2018. O metalúrgico não negro também teve queda em seu poder de compra, de 8,7%.

20 Foram desconsiderados municípios com 15 ou menos trabalhadores no ramo.

21 Valores a preços do INPC/IBGE de dezembro de 2021.

Tabela 4
Distribuição dos metalúrgicos e remuneração média real¹, segundo cor/raça
Brasil, 2018/2021

Raça/cor	2018			2021			Variação remun. Média
	nº trabalhadores	Part (%)	Remuneração média (R\$)	nº trabalhadores	Part (%)	Remuneração média (R\$)	
Negro ²	565.921	30,0%	3.555,4	647.545	30,9%	3.193,0	-10,2%
Não negro ³	1.146.845	60,8%	4.906,6	1.134.046	54,1%	4.479,0	-8,7%
Não identificado	174.906	9,3%	3.609,7	315.548	15,0%	2.854,4	-20,9%
Total	1.887.672	100,0%	4.381,4	2.097.139	100,0%	3.837,5	-12,4%

Fonte: RAIS | Elaboração: DIEESE, subseção CNM/CUT

Nota: (1) A preços do INPC/IBGE de dezembro de 2021 (2) Pretos e pardos (3) Brancos, amarelos e indígenas

128 A participação das mulheres metalúrgicas ficou em 19,0%, aumento de 0,7 p.p. em relação a 2018. Por sua vez, a remuneração média real recebida pelas mulheres foi de R\$ 3.151,4, com queda de 9,9% no período analisado e inferior em 21,2% em relação à dos homens, cuja remuneração média real foi de R\$ 3.998,2 em 2021.

Tabela 5
Emprego e remuneração segundo sexo
Brasil, 2018/2021

Sexo	2018			2021			Variação remun. média
	nº trabalhadores	Part (%)	Rem média (R\$)	nº trabalhadores	Part (%)	Rem média (R\$)	
Masculino	1.542.651	81,7%	4.579,3	1.699.051	81,0%	3.998,2	-12,7%
Feminino	345.021	18,3%	3.496,3	398.088	19,0%	3.151,5	-9,9%
Total	1.887.672	100,0%	4.381,4	2.097.139	100,0%	3.837,5	-12,4%

Fonte: RAIS | Elaboração: DIEESE, subseção CNM/CUT

Nota: (1) A preços do INPC/IBGE de dezembro de 2021

129 O quadro comparativo a seguir resume algumas características do perfil da base metalúrgica. O destaque para a escolaridade dos metalúrgicos, com aumento dos trabalhadores com Ensino Médio completo e queda na participação de trabalhadores com algum grau de Ensino Superior. A proporção de trabalhadores com até 35 anos reduziu-se no período analisado.

Quadro 1
Características da base metalúrgica – critérios selecionados
Brasil, 2018/2021

CRITÉRIO	2021	2018
Porte da empresa*	32,6% trabalhavam em empresas de grande porte, 25,8% trabalhavam em médias empresas e; 41,6% estavam em micro e pequenas empresas.	33,3% trabalhavam em empresas de grande porte, 26,0% trabalhavam em médias empresas e; 40,7% estavam em micro e pequenas empresas.
Jornada	13,3% dos trabalhadores (as) jornada de até 40 horas semanais e; 86,7% dos trabalhadores (as) jornada entre 41 a 44 horas semanais.	12,5% dos trabalhadores (as) jornada de até 40 horas semanais e; 87,5% dos trabalhadores (as) jornada entre 41 a 44 horas semanais.
Escolaridade	62,4% dos (as) trabalhadores (as) possuíam o ensino médio completo; 19,6% tinham ensino médio incompleto ou menos e; 18,1% tinham algum grau de nível superior.	58,4% dos (as) trabalhadores (as) possuíam o ensino médio completo; 21,2% tinham ensino médio incompleto ou menos e; 20,4% tinham algum grau de nível superior.
Idade	48,7% da base tinham até 35 anos e; 51,3% da base tinha mais de 35 anos de idade.	50,8% da base tinham até 35 anos e; 49,2% da base tinha mais de 35 anos de idade.

Fonte: RAIS.

Elaboração: Subseção DIEESE/CNM-CUT

Obs.: (*) Para a classificação dos estabelecimentos segundo porte foi adotada a metodologia constante no Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios, elaborado pelo DIEESE.

1. O PLANO INDÚSTRIA 10+ E A PROPOSTA DO MOVIMENTO SINDICAL

130 Os próximos anos serão desafiadores para o crescimento econômico e o emprego. Se os preços dos combustíveis fósseis se mantiverem em alto patamares, além do crescimento chinês não crescer em “ritmo chinês”. Ou seja, o principal motor do crescimento não será via aumento das exportações.

131 Por outro lado, não se pode esperar que seja o motor do crescimento seja o investimento privado produtivo. Empresa só investe se tiver expectativa de demanda presente ou futura.

132 Para aumentar o consumo das famílias, é necessário aumentar o nível de renda disponível para elas. Ou seja, é preciso mudança na distribuição de renda, com uma reforma tributária que simplifique, mas também redistribua a tributação, tornando-a mais progressiva e mais justa fiscalmente.

133 Além disso, o setor público possui vários instrumentos para estimular o crescimento, direta ou indiretamente. A retomada do investimento público é fundamental como dinamizador da economia, ao induzir investimentos produtivos das empresas privadas.

134 Outra perspectiva colocada com o governo eleito é a retomada de políticas industriais que tenham como objetivos aumentar o emprego, a produtividade e a renda per capita, reduzindo a pobreza.

135 Ou seja, o Estado deve ser o planejador central desse processo de elevar a complexidade tecnológica da indústria brasileira, pois se entende que o processo de desenvolvimento se dá num contexto de imensos conflitos entre Nações, especialmente em relação ao domínio de técnicas produtivas e à capacidade de inovação em setores específicos. Isto significa dizer que produzir castanhas de caju ou chips, carros ou havaianas, faz diferença.

136 Nesse sentido, o debate sobre a produtividade é central e deve ser feito a partir da compreensão de que não é algo que depende dos indivíduos (como na visão liberal), mas como um processo sistêmico, que depende da configuração setorial e produtiva de uma economia. Os trabalhadores inseridos em setores tecnologicamente sofisticados são produtivos por causa

das características intrínsecas do setor e não por si mesmos.

137 Além disso, a política industrial e o papel da inovação ganharam novos contornos com a pandemia do coronavírus, ressurgindo o debate em torno do controle estratégico da inovação da indústria de ponta. Adicionalmente a isso, o controle da política macroeconômica é fundamental se não queremos voltar à estratégia das vantagens comparativas (teoria já devidamente superada e amplamente documentada estatisticamente), ou seja, é necessário um acompanhamento para evitar sobreapreciação da taxa de câmbio e atenção ao patamar da taxa básica de juros.

138 O movimento sindical brasileiro, através do Macrossetor da Indústria da CUT (MSI-CUT), atento às necessidades de retomada do processo de reindustrialização do país, iniciou um processo de diálogo com os diversos setores industriais da CUT, com especialistas da academia e com a equipe do DIEESE para reelaborar e atualizar o documento Plano Indústria 10+, elaborado originalmente em 2018. Foram realizados debates entre 2021 e 2022 sobre os seguintes temas:

- Política industrial e pandemia;
- Indústria, meio ambiente e transição energética;
- Política industrial organizada a partir de missões socioambientais;
- Indústria 4.0 no Brasil - limites e possibilidades e impactos no emprego, trabalho e renda;
- Possibilidades e entraves de desenvolvimento da indústria nacional;
- Desafios e perspectivas das Micro e Pequenas empresas no Brasil;
- Reforma tributária e indústria;
- O Sistema S;
- Desenvolvimento brasileiro, indústria e ambiente institucional;
- O papel das estatais no desenvolvimento produtivo brasileiro;
- Comércio exterior e indústria nacional;
- Qualificação profissional no Brasil e Indústria 4.0

139 A partir dos debates, o DIEESE ficou responsável por sistematizar as discussões e atualizar o documento anterior, cujo resultado é resumidamente apresentado a seguir.

140 O Plano Indústria 10+ é um conjunto de diretrizes e propostas do movimento sindical para a elaboração de políticas, programas e ações relativos à indústria nacional brasileira para os próximos 10 anos. O plano foi concebido a partir da perspectiva dos trabalhadores e está articulado com o projeto de desenvolvimento econômico e social que busca a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, com redução das desigualdades e distribuição de renda, que seja ambientalmente sustentável e considere as necessidades e potencialidades das diferentes regiões do país.

141 Segundo o documento, o processo de retomada da indústria deve dialogar diretamente com as demandas urgentes da população brasileira, garantindo o provimento e a soberania produtiva de bens e serviços necessários para elevação do padrão de vida. O Plano foi elaborado tendo como eixo estruturante as missões sociais e ressalta que a industrialização não é um fim, mas um meio para a conquista do desenvolvimento social amplo. E, caso a iniciativa privada não seja capaz de instaurar as bases produtivas para o avanço da indústria, seja por baixo retorno de capital ou por conta da baixa capacidade de investimento, cabe ao Estado brasileiro arcar com as responsabilidades de atender as demandas da população. O empreendimento estatal direto deve ser considerado como possibilidade de industrialização em setores-chaves que promovam o transbordamento tecnológico e a conexão de cadeias produtivas desarticuladas.

142 Considera que a indústria deve contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social do país. Uma política industrial, no contexto de rápidas e profundas inovações, bem como da transição acelerada para um novo padrão de desenvolvimento produtivo em escala global, deve ter como finalidade a reversão do processo de desindustrialização, com a geração de trabalho decente e uma contribuição decisiva para a melhoria da qualidade de vida da população.

143 Para isso, é imprescindível também o alinhamento ao Acordo de Paris e à Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas, com o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), focado especialmente na redução das vulnerabilidades econômicas, sociais e ambientais que marcam a reali-

dade brasileira.

144 O Plano apresenta 27 propostas, organizadas em quatro grandes blocos: 1) Criação, articulação e sustentação das demandas; 2) Fortalecimento produtivo, inovação e modernização tecnológica; 3) Política tributária, financiamento e de comércio exterior e 4) Gestão, metas e controle social.

145 As 27 propostas se articulam com as seguintes orientações para a retomada da política industrial brasileira:

1. Gerar empregos de qualidade, com políticas que reduzam as desigualdades no mercado de trabalho;
2. Garantir um processo consistente de inovação e modernização tecnológica;
3. Atender a necessidades fundamentais da sociedade brasileira (missões);
4. Promover o readensamento e sofisticação das cadeias produtivas de valor;
5. Política industrial alinhada com a preservação do meio ambiente, com a transição justa para trabalhadores, trabalhadoras e comunidades afetadas;
6. Garantir transparência e controle social nas políticas públicas para a indústria;
7. Universalizar as políticas de educação e formação profissional com qualidade;
8. Promover o desenvolvimento industrial regional, o desenvolvimento dos pequenos negócios e o cooperativismo;
9. Políticas macroeconômicas e tributárias alinhadas ao desenvolvimento industrial e Estado articulador. Política externa soberana e que promova a indústria nacional.

146 As propostas apresentadas neste documento são a contribuição dos trabalhadores e trabalhadoras para a transformação do quadro atual da indústria brasileira. O Brasil é um dos maiores países do planeta e tem um dos principais mercados consumidores do mundo. Somos mais de 210 milhões de brasileiros vivendo em um território rico em recursos naturais e de extraordinária biodiversidade. Nosso desafio atual é tornar o país líder mundial na produção sustentável de bens e serviços, gerando desenvolvimento econômico e social para o benefício de toda a população.

147 O discurso do vice-presidente e recém-empossado como Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, ressaltou que a política industrial ocupará o centro da formulação estratégica de desenvolvimento econômico do governo federal. Os metalúrgicos estão atentos aos movimentos do governo federal e com disposição de participar ativamente desse processo de retomada de uma política industrial que tenha êxito em atacar o problema estrutural da desindustrialização brasileira, gerando aumento da complexidade da produção industrial e da produtividade geral da economia, cujos objetivos devem estar em sintonia com a urgente reversão das históricas desigualdades econômicas e sociais do Brasil.

2. EIXOS DE ATUAÇÃO DA CNMCUT

2.1 POLITICAS GERAIS E PERMANENTES

148 O efeito devastador na sociedade brasileira das políticas macroeconômicas do Governo Federal nos últimos 4 anos, que aderiu incondicionalmente ao tripé neoliberal: desregulamentação, abertura comercial indiscriminada e financeira e privatização, colocou o país numa condição em que milhões de pessoas perderam seus empregos e a sua renda. Durante a pandemia tudo piorou. Não houve uma estratégia política de saúde e de economia que apontasse para uma saída digna para a população por parte do Governo.

149 Nesse sentido, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, que sempre lutou pelo fortalecimento da democracia com desenvolvimento e distribuição de renda combateu incessantemente o Governo Bolsonaro, que no apagar das luzes ainda cortou bilhões na saúde e universidades, comprometendo os já combatidos programas de atendimento à população. Nossa bandeira pela universalização dos direitos foi a cada encontro, reunião ou formação reafirmada juntamente com nossos sindicatos e federações na construção de políticas afirmativas para mulheres, juventude, saúde, combate à discriminação de qualquer ordem e pessoas com necessidades especiais. As políticas gerais e permanentes atuaram em todas as frentes que interferem direta ou indiretamente na vida dos trabalhadores e das

trabalhadoras.

150 As ações desse EIXO são organizadas pelas seguintes secretarias: Mulheres; Igualdade Racial; Políticas Sociais; Juventude; Saúde, Meio Ambiente e Previdência Social. Estas Secretarias possuem Coletivos Nacionais organizados por representações regionais que tem por objetivo contribuir para que as políticas da CNMCUT sejam “enraizadas” pelos sindicatos e Federações, afinal são os nossos trabalhadores e trabalhadoras que respondem à urgência. São eles quem no dia a dia estão próximos da base da população.

151 Desde o último Congresso vimos avançar o conservadorismo, a retirada de direitos e ameaça à democracia, deixando mais vulneráveis as mulheres, jovens, negros e negras, pessoas com deficiência e a comunidade Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Queer, Intersexuais e demais identidades de gêneros e orientações sexuais (LGBTQI+).

152 A atuação dos sindicatos e movimentos populares tem sido fundamental na trajetória de luta contra o machismo, racismo, homofobia e outras formas de preconceito contra estes grupos, porém ainda há muito a se fazer. O Brasil está na lista dos países que mais matam mulheres, é o quinto no ranking de crimes de feminicídios, segundo dados do Mapa da Violência (Cebela/Flacso).

153 Dados alarmantes mostram que esse quadro piorou diante da assinatura de decreto que facilitou a posse de armas assinado pelo governo passado. Em 2021, 77% das vítimas de homicídio no Brasil, eram negras. Quando juntamos os crimes de racismo com feminicídio, percebemos que a taxa de homicídio entre mulheres negras foi 66% superior a de mulheres não negras. Neste mesmo ano, 53,7% dos assassinatos estavam entre jovens de 15 a 29 anos (Atlas da Violência 2018, IPEA). Em 2021, ocorreram mais de 300 mortes por homofobia no país,

154 A violência tem cor, gênero e classe social, enquanto se discutia a flexibilização para a posse de armas de fogo, mulheres, jovens, negros e negras e a comunidade LGBTQIA+ estavam sendo assassinados. Essas desigualdades estruturais estão conectadas com o capital, uma vez que o chão da fábrica também é um espaço de discriminação, assim como em toda

a sociedade, portanto devem ser enfrentadas dentro e fora do movimento sindical.

155 No mundo do trabalho, estas desigualdades se reproduzem. Segundo dados do IBGE de 2021, o salário médio das mulheres ainda é 20,32% menor que o dos homens. Mulheres são a maioria desempregadas: dos 12 milhões de desempregados, 6,5 milhões são mulheres. Entre os (as) metalúrgicos (as), esta diferença salarial é ainda maior, as mulheres recebem em média 25% menos que os homens, conforme a Relação Anual de Informações Sociais.

156 Esse eixo de atuação é um instrumento objetivo de luta por mudanças de comportamentos que reproduzem visões e práticas de exclusão e discriminação nas relações sociais. Deve, portanto, valorizar e incentivar a solidariedade, a integração, a luta por igualdade e equidade de direitos e o respeito a todos e todas sem distinções. Portanto, esse eixo de atuação é fundamental para equilibrar a correlação de forças diante da diversidade existente na sociedade e da atuação perversa do capital e assim, contribuir para dar voz a estes grupos historicamente excluídos, para a igualdade de oportunidades e por fim, fortalecer a democracia.

Secretaria de Mulheres

157 Garante o desenvolvimento de ações que contribuem para o fortalecimento da luta e organização da mulher metalúrgica no meio sindical e na sociedade.

Secretaria de Políticas Sociais

158 Está à frente do desenvolvimento das ações de políticas sociais da CNMCUT. É responsável pelas ações relacionadas aos direitos dos (as) trabalhadores (as) portadores (as) de necessidades especiais, ao combate à homofobia, à pensão e anistia de dirigentes e militantes demitidos.

Secretaria de Juventude

159 Criada em 2011, no 8º Congresso Nacional da categoria, a secretaria tem a tarefa de promover ações voltadas a jovens trabalhadores (as), que hoje representam mais da metade da categoria em todo o país, contribuindo para ampliar a participação deles no meio sindical e na sociedade.

Secretaria de Saúde do Trabalhador, Previdência Social e Meio Ambiente.

160 A pasta tem como objetivo debater e propor as ações necessárias para a defesa da integridade física e mental dos (as) trabalhadores (as), a defesa da saúde pública de qualidade e temas relacionados à Previdência Social.

161 A luta pela saúde e vida dos (as) trabalhadores (as) é bandeira histórica da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNMCUT) e tem nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA) uma importante estratégia de organização nos locais de trabalho e busca pela promoção e proteção da saúde potencializada durante a pandemia de Covid-19.

162 Avançar na conquista por melhores condições de trabalho que incida na preservação da integridade física e mental de todos (as) os (as) trabalhadores, (as) evitando acidentes e doenças decorrentes do processo e das relações de trabalho, requer investimentos na formação dos (as) dirigentes e lideranças sindicais e o fortalecimento da atuação dos secretários (as) de saúde dos sindicatos e federações. E preciso olhar também para os (as) trabalhadores (as) terceirizados (as), que estão mais expostos (as) aos acidentes e mortes, do que os (as) contratados (as) diretamente, em virtude das precárias e inseguras condições de trabalho.

163 Segundo estudo da Subseção do Dieese da CNMCUT, 7,6% do total de trabalhadores vítimas de acidentes em 2020 eram trabalhadores do ramo metalúrgico do segmento siderúrgico, que concentra 36,2% dos acidentes de trabalho. Os dados apontam que os segmentos maiores registros de acidentes de trabalho e óbitos são o da Siderurgia e metalurgia básica com 12.365 mil acidentes e 24 óbitos; Bens de capital com 9.332 acidentes e 18 óbitos; Automotivo com 7.718 acidentes e 12 óbitos e Eletroeletrônico com 4.181 acidentes de trabalho e 13 óbitos.

164 Embora os dados não reflitam a realidade dada, a subnotificação dos acidentes de trabalho e óbitos relacionados ao trabalho por se tratar apenas dos registrados em CAT, fica evidente a necessidade de investimento por parte da empresa e fiscalização do governo, em saúde e segurança nos locais de trabalho e a CNMCUT intensificará sua atuação cobrando ações e

medidas eficientes e eficazes, formuladas e implementadas, com a participação dos (as) trabalhadores (as), no sentido de evitar acidentes e doenças do trabalho.

165 Outra prioridade em nossa ação sindical deve ser às questões relacionadas aos serviços previdenciários, uma vez que, às precárias e inseguras condições de trabalho, tem favorecido a ocorrência de acidentes e adoecimentos, e diversos (as) trabalhadores (as) têm encontrado dificuldades em acessar os serviços e direitos no âmbito do INSS, inclusive a reabilitação que não é priorizada.

166 É estratégico mapear a situação de trabalho e saúde dos (as) trabalhadores (as) dos diferentes segmentos que compõe a base da confederação, de modo a potencializar a luta por ações de proteção da saúde no âmbito do Ministério do Trabalho, através das Normas Regulamentadoras e do Ministério da Saúde ainda mais, sendo a saúde e segurança incluída durante a 110ª Internacional do Trabalho (CIT), da Organização Internacional do Trabalho – OIT, aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Secretaria de Formação:

167 Ao longo de seus 31 anos, a CNMCUT tem atuado intensamente para diminuir às desigualdades sociais e econômicas em todo país, através da luta por melhores condições de vida e de trabalho, associado à redução da jornada de trabalho sem redução de salário, a constituição de um piso salarial nacional e a Organização no Local de Trabalho (OLT).

168 A formação organizada e realizada pela CNMCUT tem se consolidado como um instrumento estratégico para fortalecer a ação sindical, avançar na luta e garantir conquistas para a categoria, e sempre foi considerado um dos pilares para a implementação do projeto político e organizativo da confederação, com sua trajetória marcada pelo fortalecimento da identidade de classe junto e com os sindicatos e federações filiados.

169 Romper com as desigualdades de classe, gênero e raça, que estão inseridos os (as) trabalhadores (as) do ramo metalúrgico, só será possível com o despertar da consciência de classe e a formação é caminho crucial para isso, sendo necessário também, considerar a reali-

dade da classe trabalhadora em todo território nacional direcionando o olhar, para além do chão das fábricas.

Secretaria de Comunicação:

Comunicação democrática, a internet e os nossos desafios.

170 Há muitas décadas, movimentos sociais e organizações populares vêm denunciando a concentração da grande mídia, nas mãos de poucas famílias/grupos econômicos. Jornais de grande circulação, rádios, TVs, portais de internet defendem os mesmos interesses: os da preconceituosa e colonialista elite brasileira. São eles que decidem o que é o que não é notícia, o que enfatizar, quem está autorizado a falar, sobre cada tema, e, assim, criam uma opinião pública à sua imagem e semelhança. Ou seja, opinião publicada em forma de notícia.

171 Na maior parte das democracias europeias, como França, Reino Unido e Alemanha, há regulamentação séria para a atuação dos veículos de comunicação de massa. Nossos vizinhos latino-americanos também tomaram iniciativas nessa direção, como vimos na Argentina há poucos anos. Até nos EUA se estabelecem limites para a concentração da mídia. Enquanto isso, no Brasil, as concessionárias se apropriam do papel de transmissoras de informação para combater qualquer iniciativa análoga que surja por aqui, afim apenas de defender seu interesse privado de atuar sem prestar contas e em conformidade com as demandas do capital internacional, do latifúndio e da mesma elite subserviente de sempre.

172 Apesar da demora, no primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva o debate sobre a comunicação democrática tornou-se possível, apesar da dificuldade e das barreiras políticas. Este governo popular e amplo não teve tempo ou condições necessárias para executar o que foi discutido durante sua gestão. O tema não foi priorizado, acumulou debate e os desafios só cresceram.

173 A 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) reuniu em Brasília quase 1.700 representantes da sociedade, do meio empresarial e do poder público para debater a participação cidadã na era digital em 2009. A 1ª Confecom se desenvolveu sobre

três eixos-temáticos: “Produção de Conteúdo”, “Meios de Distribuição” e “Cidadania: direitos e deveres”, os temas que estavam precisando de atenção naquele momento. A realização do evento atendeu a demanda antiga dos três setores: sociedade civil e movimentos sociais, organizações do setor privado-comercial e mídia pública.

174 Após um processo polêmico e imerso em disputas, mais de 600 propostas foram aprovadas pelos cerca de 1.500 delegados presentes à etapa nacional. Entre elas, diversas recomendações avançadas, como por exemplo: a afirmação da comunicação como um direito humano:

175 Regulamentação do inciso do Artigo 220 da Constituição, que proíbe as práticas de monopólio e oligopólio nas comunicações; Criação de um Conselho Nacional de Comunicação e de órgãos congêneres nos estados para elaborar e acompanhar a promoção de políticas de comunicação com funcionamento efetivo; Mais transparência na concessão de outorgas, proibição da sublocação da grade de programação e do controle de emissoras por parlamentares e seus familiares; Afirmação do acesso à Internet como direito, garantia de sua universalização e prestação do serviço em regime público; entre outras.

176 Após inúmeras cobranças junto ao governo, para que o trabalho do grupo se transformasse em um projeto de lei discutido publicamente, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais elaboraram, em 2011, **uma plataforma com 20 pontos para a democratização** das comunicações no país. Lançado em 2013, o projeto de lei de iniciativa popular contou com o apoio dos mais variados segmentos da sociedade civil.

177 https://www.enfpt.org.br/wp-content/uploads/2017/09/texto2_20pontos_democratizacao_comunicacao_brasil.pdf

178 A partir do golpe parlamentar de 2016, as políticas de comunicação também sofreram um forte impacto e seu uso abusivo para fins políticos. Ao mesmo tempo, o país passou a vivenciar uma sequência de ataques por parte do governo e do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, e uma intensificação das violações às liberdades de expressão e de imprensa, com

a disseminação de desinformação, discurso de ódio e conteúdos que atentem contra o Estado Democrático de Direito, principalmente em plataformas de redes sociais; e a promoção de políticas de vigilância dos cidadãos. A combinação destes fatores gerou um ambiente de fragmentação do debate público e de ameaça permanente à democracia.

179 Com a terceira vitória de um presidente de esquerda, surge uma nova esperança. Diante da atual conjuntura política no Brasil, os movimentos sindicais e populares têm uma grande importância na participação e engajamento, mas precisam usar os meios de comunicação como ferramentas para organização, mobilização dos movimentos e unificação e para informar e estimular o senso crítico, mantendo integridade física das pessoas. Há quem defenda uma nova Conferência, com a participação da classe trabalhadora para dar conta de entender o que mudou e o que precisamos fazer para atuar em defesa de uma comunicação de fato democrática.

180 É importante levar em consideração que parte da população não possui ou possui acesso limitado a essas ferramentas. Se por um lado o acesso à internet é mais difícil para quem é mais pobre, uma parcela significativa dos trabalhadores está em grupos de zap, de telegram, em jogos on-line; em redes de pornografia; relacionamento, compras coletivas; um universo digital do qual o Sindicato não faz ideia, porque está preso a ideia de TV, rádio e jornal impresso;

181 Por isso precisamos criar meios que facilitem este acesso, além de mecanismos que orientem os usuários de forma responsável e segura evitando a disseminação de Fake News. Sendo assim um dos maiores desafios neste momento é o de conscientização sobre a importância da informação confiável e segura.

182 Neste sentido, é necessário que a classe trabalhadora organizada se aproprie do debate da democratização das Comunicações e passe a defender, como pauta estratégica, as demandas de construção da pluralidade nesse campo. E isso não é papel só do movimento social ligado à comunicação, é uma luta de todas e todos que defendem a democracia e o direito à comunicação, pois se entende que, como diria Chacrinha, “quem não se comunica se trumbica”.

A internet e os modus operandi da comunicação

183 Desde o fim dos anos de 1990, com a difusão da internet, a produção e a distribuição de informações e saberes se transformam. A rede de computadores conectados promove a dinamização das interações remotas e o amplo acesso dos conteúdos, mas nota-se também uma acirrada disputa pela atenção concentrada em inúmeras plataformas, sites e aplicativos e também uma movimentação social real pouco compreensível pelos setores da esquerda.

184 As famosas “manifestações de junho de 2013” foram um grande exemplo disso e para muitos especialistas ainda estamos vivendo os resquícios destes atos que foram orquestrados pelas redes sociais sem lideranças e sem investimentos. Será?

185 Os protestos no Brasil foram bem parecidos com os que aconteceram em outros países e o foco era sempre a denúncia de corrupção nos governos. Os movimentos ignoraram os partidos políticos, a mídia se tornou suspeita e os políticos também rejeitaram todas as formas de organização formal. No Brasil, isso tudo aconteceu também, mas com força jurídica da Lava Jato e o populismo de movimentos sociais de direita, como o MBL, logo em seguida, senão lado a lado.

186 O impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e a prisão injusta e sem provas do agora presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foram impactados por esta força de direita no mundo todo. Especialistas também já confirmaram uma onda liberal e fascista que assombra partes do mundo.

187 As eleições de 2018, que elegeram o ex-presidente Jair Bolsonaro, foram impulsionadas pelas redes sociais e pelas Fake News. Os movimentos organizados que surgiram depois de 2013 no Brasil, inclusive os que pediam a intervenção militar, deram esta sustentação digital para o bolsonarismo.

188 Se aproveitando da expertise e da ajuda de Steven Bannon, um assessor político estadunidense que serviu como assistente do presidente e estrategista-chefe da Casa Branca no governo Trump, um gabinete paralelo de comunicação foi criado e sustentado pelo governo brasileiro e por diversos aliados com objetivo de atuar em rede e de ser a defesa de um programa excludente, genocida e imperial.

189 Mesmo indefensável, este governo pode contar com diversas contribuições tecnológicas, humanas e financeiras. Como prioridade no seu modus operandi, o bolsonarismo se manteve e se reproduziu com grande apoio das redes sociais e aplicativos de mensagens, de militância e de uma comunicação em rede forte e organizada. Apesar de contar com os robôs, o bolsonarismo tem uma rede grande de apoiadores e também muito dinheiro. Fora a máquina governamental, esta rede do ex-presidente tem um comando, que sabe o que precisa ser feito, como e quando. E mesmo agora, depois de não ter sido reeleito, esta máquina não parou de funcionar, mesmo sem o governo. E não há expectativas disso cessar, afinal se transformou numa ferramenta de luta e tem forças, como já foi provado em diversas vezes na história recente do nosso país.

190 Mais que nunca, sem comunicação democrática, a construção de um Brasil mais desenvolvido, soberano e plural é impossibilitada. Não será fácil, mas será preciso mudar a forma como atuar nesta questão.

191 As transformações tecnológicas impactam a forma de se comunicar em todas as sociedades, assim como impactam o trabalho, o modo de vida e até as relações cotidianas. Não tem como fugir de uma realidade que veio para ficar. O direito à comunicação no Brasil sempre esteve em xeque, mas agora passa a ser ainda mais desafiador.

192 Atualmente, um debate importante na área de comunicação se refere à internet. A despeito das expectativas em relação ao potencial de pluralidade, sabemos que os maiores portais e produtores de conteúdo permanecem ligados aos mesmos grupos a que nos referimos anteriormente. Além disso, grandes corporações internacionais atuam de forma desregulada, controlando conteúdos e comercializando a privacidade dos usuários.

193 Precisamos reconhecer que a internet tem se tornado cada vez mais um espaço dominado pelas grandes corporações multinacionais estrangeiras como Google e Facebook. Eles controlam o que vemos e como vemos. Isso somado ao fenômeno das Fake News, alimentadas por setores inescrupulosos, têm minado cada dia mais a nossa democracia. Por outro lado, os veículos alternativos criados pelos sindicatos,

movimentos sociais e partidos de esquerda têm tido uma série de problemas: baixo financiamento, pulverização e mesmo formatos estéticos antiquados.

194 É preciso articular as diversas frentes necessárias pela democratização da comunicação: regulamentação legal, cumprimento das leis vigentes e criar novos, melhores e unificados meios de comunicação popular. Igualmente desejável é a criação e fortalecimento de veículos de comunicação vinculados a organizações da classe trabalhadora, capazes de dialogar diretamente com o povo sem se restringir meramente às questões corporativas. É muito importante que os trabalhadores e trabalhadoras produzam conteúdo e construam redes de distribuições efetivas para interferir na construção de opiniões e narrativas e coloquem a comunicação como um dos eixos prioritários da organização.

Secretaria de Igualdade Racial

195 O combate ao racismo é estratégico para a CNMCUT. Dados de uma pesquisa elaborada pela subseção do Dieese evidenciaram que 586,3 mil trabalhadores/as metalúrgicos no Brasil são negros/as (30,5% de participação no total da categoria). Dentre estes, a pesquisa apontou que a região Norte possui 80,9% de negros (as), o Nordeste 63,7%, o Centro Oeste 50,6%, o Sudeste, 30,9% e o Sul, 11,0%. Essa expressão racial na formação do perfil de trabalhadores e trabalhadoras metalúrgicos (as) está diretamente relacionada com a formação social de cada região, que também se expressa nas condições de trabalho e renda.

196 As desigualdades de raça quando somadas a dimensão de gênero se apresentam como as causas que elevam as diferenças de remuneração entre homens e mulheres. Segundo o Dieese, as mulheres negras recebiam, em 2019, 55,2% da remuneração dos homens não negros, que, tradicionalmente, são os trabalhadores com os maiores salários. A remuneração média das mulheres não negras equivalia a 75,6% da recebida pelos homens não negros. Os dados evidenciam que é preciso fortalecer a luta contra o racismo institucionalizando quando da ocupação de posto de trabalho na indústria independente do seguimento e em demais setores da economia.

197 O racismo afeta toda a população negra embo-

ra, as mulheres sejam as mais afetadas, isso porque, ao olharmos para remuneração dos trabalhadores negros do sexo masculino observamos que eles, mesmo afetados, ganham 71,7% dos não negros, ou seja, mais que as mulheres negras, revelando a necessidade de fortalecer e intensificar a luta pela igualdade de direitos e oportunidades na vida e no mundo do trabalho.

198 No governo Bolsonaro aconteceram inúmeros retrocessos nas ações de enfrentamento ao racismo, que associado ao desmonte da indústria nacional, repercutiu intensamente no aumento do desemprego e da violência entre a população negra, sobretudo entre a juventude e as mulheres. Avançar na proteção social e garantia de direitos para os (as) trabalhadores (as) metalúrgicos (as) requer intensa atuação da confederação no combate o racismo estrutural existente em nosso país em todas as dimensões da vida, e na reconstrução de políticas públicas, que possibilite a melhoria das condições de vida e de trabalho desta população.

199 A confederação também atuará no fortalecimento da atuação dos dirigentes e lideranças sindicais na luta pela efetivação de ações afirmativas como a cláusula de combate às desigualdades sociais, existentes no mundo do trabalho, nas negociações da convenção coletiva nacional da categoria e o estímulo a participação da população nos espaços de formulação e implementação de políticas públicas.

Secretaria de Administração e Finanças

200 A Secretaria de Administração e Finanças tem papel fundamental para o desenvolvimento de todos os eixos de atuação da nossa confederação, assim como, para as conquistas coletivas do conjunto da classe trabalhadora, princípios de uma gestão participativa e transparente.

2.2 ORGANIZAÇÃO SINDICAL

201 Este eixo de atuação busca organizar os (as) metalúrgicos (as) desde o seu local de trabalho - por meio das CIPAS e representações de base, passando pelo Sindicato, Federação, Confederação, Central (CUT) até o nível internacional através da IGU - IndustriALL Global Union. Como também participar e fortalecer as lutas mais gerais da classe trabalhadora.

202 A organização sindical brasileira, depois de um período de reconhecimento da sua importância institucional e de seu fortalecimento, a partir da vitória de Lula nas eleições presidenciais em 2002 - com a criação do Fórum Nacional do Trabalho, o Reconhecimento das Centrais Sindicais, a criação de espaços institucionais de diálogo e negociação, política de valorização do salário mínimo, foi duramente atingida com o golpe político que resultou no impeachment da presidenta Dilma. A reforma trabalhista implantada pelo governo Temer teve como objetivos reduzir direitos da classe trabalhadora, desregular o mercado de trabalho e abrir mais ainda o caminho da precarização, enfraquecer as organizações sindicais e reduzir os espaços das negociações coletivas.

203 A descentralização das negociações trazida por essa reforma, além da possibilidade do negociado prevalecer sobre o legislado e a diversidade de formas de contratações que ela trouxe, atacam a representação sindical como forma de enfraquecer o processo de negociação coletiva, e como consequência, a precarização com redução de salários e direitos. A rotatividade e a terceirização sem limites trouxeram como óbvio resultado final o desemprego e o aumento da pobreza e da miséria.

204 Ainda, buscou-se fortalecer um discurso do individualismo e da negação do coletivo – o sindicato e a negociação coletiva estariam ultrapassados. Uma forma encontrada para afastar os (as) trabalhadores (as) da sua representação sindical e conseguir precarizar e reduzir os direitos.

205 Junto com um cenário internacional adverso, com significativas mudanças na organização do processo produtivo, nas quais as cadeias globais fragmentam a produção em diferentes locais do mundo, atacam a organização sindical e procuram incessantemente reduzir o que consideram custo da mão-de-obra e direitos sociais. Temos a indústria 4.0 que reserva aos países considerados periféricos no sistema capitalista global, como o Brasil, um papel de relevância cada vez menor na produção, com predomínio de um baixo grau de tecnologia e geração de empregos de qualidade.

206 Neste momento, com a vitória eleitoral do campo democrático e progressista sobre o retrocesso e o

fascismo, através da eleição (pela 3ª vez) do presidente Lula, vamos realizar o nosso 11º Congresso, e que muito acertadamente traz o tema da reconstrução.

207 É nossa tarefa é fortalecer nossa organização de base e assim também impulsionar as lutas sindicais, recuperar os espaços institucionais de discussão tripartite e de negociação coletiva, fortalecer o financiamento sindical a partir da negociação coletiva, e assim potencializar a ação do movimento sindical combativo.

2.3 CONTRATO COLETIVO NACIONAL DE TRABALHO

208 Para a CNMCUT, a negociação coletiva é uma ação política entre os sindicatos de trabalhadores (as) e as representações dos empregadores. As negociações, acordos e os contratos coletivos são instrumentos para ampliar as melhorias nas condições de remuneração e de todas as questões vinculadas à participação dos/as trabalhadores/as no processo produtivo, em especial as sociais.

209 O resultado de qualquer negociação mostra a correlação de força que se estabelece entre as partes envolvidas: a força dos/as trabalhadores/as é resultado de sua capacidade de mobilização e a organização de seus sindicatos, o que exige do movimento sindical a busca permanente da atualização de suas formas de organização, a fim de ampliar a unidade de seus movimentos e conquistar parcelas mais amplas de trabalhadores/as.

210 No Brasil, o modelo corporativista de organização sindical imposto pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), pela cultura sindical, pelo poder da justiça do trabalho e pelo apelo para os conflitos se resolvem no Judiciário, fazem com que a maioria dos ramos produtivos limitem as negociações coletivas à base de representação territorial de cada sindicato. A data-base, cada uma em um mês diferente, faz com que as relações de trabalho sejam totalmente pulverizadas e ainda dependentes do Estado. Nesse sentido, a CNMCUT tem como uma de suas principais bandeiras de luta o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho (CCNT).

211 O CCNT é um acordo estabelecido entre a representação nacional dos/as trabalhadores/as e os empresários, a partir um patamar mínimo de trabalho decente baseado em uma pauta nacional.

212 A luta por essa modalidade foi aprovada em 2004, no 6º Congresso, com a seguinte resolução: “... o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho visa estabelecer uma base mínima, de caráter nacional, geral e articulado, sobre a qual os metalúrgicos vão desenvolver as demais negociações. Ele é de caráter geral, porque seu conteúdo é o de estabelecimento de condições mínimas, que não suplantam as negociações específicas, locais. Mas é também articulado porque deverão desdobrar-se nas mais diversas regiões e estados do país até o nível de empresa, visando adaptar-se às diferentes realidades”.

213 A construção do CCNT tem por princípio a solidariedade entre os/as trabalhadores/as, além de reafirmar um dos principais objetivos da Central Única dos Trabalhadores, “a defesa intransigente dos direitos e reivindicações gerais e particulares dos trabalhadores/as”.

214 A existência de um CCNT que contribua para a redução das diferenças salariais entre os (as) trabalhadores (as) das regiões brasileiras também ajudará na desconcentração da riqueza no país, pois à medida que melhoramos as condições dos salários haverá mudanças e melhorias nas condições de vida dos (as) trabalhadores (as), além de um desenvolvimento econômico mais igual entre as várias partes do Brasil.

215 Partindo da ideia que alcançar o CCNT é fruto de um PROCESSO de lutas e aprimoramento de nossa organização, temos de cumprir etapas. Cada passo representa um aprendizado. Lembramos assim, que em 2012 inauguramos um ciclo de debates em torno desse tema, com a realização da Conferência Nacional de Negociação Coletiva, com o intuito de pautar discussões em torno do tema e mostrar à importância de se criar a cultura de uma negociação nacional.

216 Para isso, propusemos a construção de uma pauta mais “enxuta” de reivindicações, a partir de um mapeamento realizado pelo SAAC – Serviço de Acompanhamento de Acordos Coletivos do DIEESE, das Convenções Coletivas assinadas na base da CNMCUT, cujo objetivo era partir de cláusulas que já estavam presentes na maioria dos documentos negociados.

217 As cinco cláusulas aprovadas por ocasião da Conferência Nacional são as seguintes:

1) Creche:

- será garantida para crianças de zero a seis anos;
- a creche será de livre escolha dos pais ou responsáveis legais;
- o reembolso do auxílio creche será de, no mínimo, 50% do piso; salarial da categoria;
- o direito será garantido não apenas para mães, mas também para pais, responsáveis legais e adotantes;

2) Acesso ao local de trabalho:

- será garantido o acesso aos dirigentes e assessores sindicais ao local de trabalho para o desenvolvimento de todas as atividades sindicais, como assembleias, eleições do Sindicato e da CIPA e, inclusive, para campanhas de sindicalização;

3) CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes)

- será garantido o direito de o sindicato participar de todo o processo eleitoral da CIPA e, inclusive, o de indicar o secretário-geral;
- o tempo para atuação dos cipeiros (as) e suplentes será definido em conjunto pela CIPA eleita, o Sindicato e a empresa;
- o mandato será de dois anos, sem limitação para reeleição para o 2º mandato;
- será garantida a estabilidade para o suplente;
- será garantida eleição da CIPA em empresas com menos de 20 trabalhadores (não prevista na NR-5);

4) Demissões:

- todas as rescisões serão feitas no Sindicato;
- no pedido de dispensa pelo trabalhador, não será aplicada penalidade de pagamento de aviso prévio;
- a empresa pagará multa de dois salários nominais após vencido prazo de 10 dias para o pagamento das verbas rescisórias;
- nas demissões por justa causa, o motivo será comunicado por escrito ao trabalhador e ao Sindicato;
- no prazo de 20 dias após a demissão por justa causa, será garantido o direito do trabalhador e do Sindicato de apresentarem a defesa.

5) Duração e distribuição da jornada:

- será fixada limitação semanal, mensal e anual da

jornada de trabalho, para inibir as horas extras;

- nos turnos de revezamento, será garantido número mínimo de folgas aos domingos;

- nos turnos de revezamento, serão estabelecidos critérios que contemplem condições de vida para mulheres e estudantes;

- a implantação de turnos especiais só será feita mediante estudo do Sindicato sobre os impactos nas condições de vida dos trabalhadores;

- a compensação de feriados prolongados só será estabelecida mediante votação secreta, que acontecerá com antecedência mínima de 30 dias;

- compensação aos sábados: não haverá compensação se coincidir com feriados e, em caso de trabalhar, serão pagas horas extras; se não houver trabalho aos sábados, a compensação será feita de segunda a sexta-feira;

- em caso de interrupção da jornada pela empresa, o período será remunerado e não poderá ser compensado.

Em 2022 houve um novo processo de construção de uma cláusula sobre igualdade racial, mais um passo que a CNM/CUT deu no caminho de combater as desigualdades no mercado de trabalho. A redação da cláusula ficou assim:

6) Promoção da Igualdade racial:

- Será garantido a todos (as) os (as) trabalhadores (as) a valorização do trabalho e a igualdade de oportunidades, sem discriminação de sexo, raça e idade para contratação, remuneração e ascensão profissional, bem como o acesso a formação e requalificação profissional.

- Para tanto, é preciso promover a diversidade racial em todos os níveis de ocupação da empresa, com fundamento legal no art. 4º, 39, *caput* e art. 41 do Estatuto da Igualdade Racial, regido por meio da Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, bem como na Convenção 111, sobre discriminação em matéria de emprego e profissão da OIT, ratificada pelo Brasil. Segundo a convenção os termos "emprego" e "profissão" incluem o acesso à formação profissional, acesso a emprego, a determinadas profissões e termos e condições de emprego.

- Como caminhos para conquistar a igualdade de oportunidades e de representatividade na empresa, os (as) empregadores (as), junto à representação sindical, se comprometem com as seguintes atribuições:

218 Do combate às discriminações:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes ajustam entre si a constituição de um grupo de trabalho bipartite (empregadores e sindicato) que tem como objetivo desenvolver e acompanhar ações de promoção da igualdade e de combate às discriminações existentes no local de trabalho, com o intuito de dirimir conflitos e prevenir eventuais distorções, em busca da equidade em todos os segmentos.

Da promoção da igualdade de oportunidades e remuneração, por meio de ação afirmativa:

PARÁGRAFO SEGUNDO - As empresas se comprometem a promover a ascensão de trabalhadores (as) negros (as) nas promoções internas, garantindo o mínimo de 20% de trabalhadores (as) negros (as) (pretos e pardos) em todos os cargos;

PARÁGRAFO TERCEIRO – As empresas se comprometem a promover a diversidade racial também nas contratações, garantindo o mínimo de 20% de trabalhadores (as) negros (as) (pretos e pardos) no ato das contratações;

PARÁGRAFO QUARTO - As partes ajustam entre si o acompanhamento permanente do sindicato sobre a execução desta política afirmativa.

219 Da Formação profissional:

PARÁGRAFO QUINTO - Os contratantes comprometem-se a instituir programas de educação profissional com foco em cargos de supervisão, gestão e direção, também aplicando cota de participação de no mínimo 20% de trabalhadores (as) negros(as) (pretos e pardos), com o objetivo de promover o acesso ao emprego, remuneração e ascensão profissional, em razão da desigualdade real de oportunidades de formação e do racismo estrutural.

PARÁGRAFO SEXTO - As partes ajustam entre si a constituição de um grupo de trabalho bipartite (empregadores e sindicato) na definição do tipo de educação profissional, considerando os interesses comuns re-

ferentes às demandas da empresa e às necessidades dos (as) trabalhadores (as).

220 Desta forma iniciamos um processo por cláusulas relacionadas a condições de trabalho, relações de trabalho e relações sindicais. E deixamos para a próxima etapa as discussões acerca da remuneração (piso e reajuste salarial), pois, para isso, é essencial que aproximemos as datas-bases para potencializar nossa força através de mobilizações nacionais. E sabemos que isso não se constrói de forma rápida.

221 Mas precisamos iniciar o quanto antes essa discussão nas negociações locais. A proposta anterior era que todos buscassem negociar em setembro. Entretanto, ainda temos 54% das Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) sendo negociadas no primeiro semestre e 38% entre setembro e outubro. Neste momento, entendemos que seria uma grande vitória concentrarmos as negociações entre setembro e outubro, pois sabemos que este é um período de aquecimento da indústria nacional.

222 Nesse debate, queremos evidenciar que a criação de um CCNT não representa perda de autonomia dos sindicatos de nossa base. Pelo contrário, a tarefa da CNMCUT é fortalecer seus sindicatos filiados. Um CCNT serviria de patamar mínimo para os (as) metalúrgicos (as) do Brasil e todo sindicato poderá negociar Convenções e Acordos Coletivos que tragam garantias superiores, ou seja, nenhum sindicato/trabalhador (a) perderá direitos já negociados.

223 As redes sindicais por empresa devem também ser vistas como estratégia para se estabelecer acordos nacionais, unificando, assim, direitos entre os (as) trabalhadores (as) das diferentes plantas. As redes sindicais são instrumentos de organização dos (as) trabalhadores (as) criados pelo movimento sindical, em resposta à estratégia de articulação em rede das multinacionais – envolvendo fornecedores, cadeia produtiva, tecnologia etc. – e que tem impactado, e muito, a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.

224 A CNM/CUT participa de 18 redes sindicais de empresas distribuídas pelos segmentos do ramo metalúrgico. Uma ferramenta mais viável de buscar unidade na construção de acordos coletivos nacionais por empresa, com o objetivo de unificar direitos entre os

trabalhadores das diferentes plantas espalhadas pelo território nacional. As redes favorecem a troca de informações entre dirigentes sindicais de diferentes plantas, ampliam o poder de negociação dos (as) trabalhadores (as) e seus representantes e, conseqüentemente, ajudam a melhorar as relações de trabalho.

225 A CNMCUT conquistou em 2014 o primeiro Acordo Coletivo Nacional de Trabalho com a ThyssenKrupp Elevadores, estabelecendo igualdade no pagamento do PLR aos trabalhadores de todas as unidades do país representados pela confederação, um passo necessário para a construção do CCNT. O acordo com a ThyssenKrupp se mantém atual.

3. PLANO DE LUTAS

PROPOSTAS DA DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNMCUT

226 1. Defender a Democracia Brasileira, a soberania nacional e liberdade sindical;

2. Reconstruir a articulação sindical pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário;

3. Lutar pela unificação das estruturas e das entidades sindicais e pela consolidação da Entidade nacional da indústria;

4. Lutar pela promoção e proteção da saúde dos (as) trabalhadores (as) e por ambientes de trabalho seguros e saudáveis;

5. Atuar na defesa das Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho, contra o assédio moral, sexual e quaisquer outras formas de violências no trabalho;

6. Lutar pela ratificação da convenção 190 da OIT;

7. Lutar em defesa do Sistema Único de Saúde e suas políticas públicas com integralidade e qualidade para todos e todas;

8. Lutar pela implementação e fortalecimento da Política de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) no âmbito do SUS, pela Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho (PNSST) e pela Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS);

9. Lutar por creche como um direito da criança e obrigação do Estado;

10. Lutar pelo acesso ao local de trabalho pelos (as)

representantes sindicais e contra toda e qualquer prática antissindical, além de investir na organização das CIPAs como estratégias de fortalecer e ampliar a organização no local de trabalho;

11. Lutar por educação pública de qualidade, com qualificação profissional, fortalecendo e ampliando a participação da juventude, mulheres, negros e negras e intensificar o investimento nos processos de formação sindical, de modo a contribuir para sua maior participação na vida sindical;

12. Combater o racismo estrutural na vida e no mundo do trabalho, lutando pela implementação e fortalecimento de uma política de educação antirracista que considere a diversidade, equidade e inclusão social, bem como, programas que ampliem a empregabilidade da população negra de forma inclusiva, com desenvolvimento profissional e valorização;

13. Intensificar a luta pela criação e o fortalecimento dos mecanismos de proteção ao emprego e a renda;

14. Lutar contra o PL 4330 e todos os projetos que visam à retirada de direitos da classe trabalhadora, além de lutar pela retificação na convenção 158 da OIT que trata da demissão imotivada e a luta contra práticas antisindicais;

15. Participar ativamente dos comitês populares de luta e das frentes Brasil sem Medo e Brasil Popular;

16. Ampliar e fortalecer a participação da CNMCUT nos espaços de controle e diálogo social das políticas públicas;

17. Participar das discussões com os governos, parlamento e organizações patronais por uma política industrial alinhada com o Plano Indústria 10+;

18. Participar ativamente nas discussões por uma legislação sindical que garanta a liberdade sindical e a negociação coletiva;

19. Lutar pela melhoria dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT), e Convenções Coletivas de Trabalho (CCT), buscando a unificação das pautas de negociação;

20. Priorizar a sindicalização como uma política permanente de nossos sindicatos;

21. Promover a criação de uma frente latino americana em defesa da democracia;

22. Lutar em defesa das liberdades de expressão e

de imprensa;

23. Defender a comunicação pública e democrática e fortalecer a TVT;

24. Lutar pela valorização do trabalho feminino, superação das diferenças salariais e igualdade de oportunidades e além da permanência no trabalho em situações de crise.

4. BALANÇO DA GESTÃO

227 Presidência e Secretária Geral

A Presidência e a Secretaria Geral buscaram garantir que as ações da CNMCUT desenvolvidas pelas diversas secretarias e segmentos, fossem encaminhadas e executadas de forma coletiva com base no planejamento elaborado a luz das deliberações do 10º Congresso. A Secretária Geral organizou e participou de diversos fóruns organizativos da CNMCUT e Presidência atuou em alguns campos organizativos:

- Reuniões da Executiva, Conselho Diretivo, e da Assessoria da CNMCUT, assim como das Federações, Departamento e Direção Executiva Nacional da CUT.
- Organização e participação em processos eleitorais, lutas locais, planejamentos, congressos e demandas diversas apresentadas pelos diversos sindicatos da base de atuação da confederação;
- Reuniões do Macrossetor e TID Brasil (setor da indústria) organizado pelo MSI e TID e ABIMAQ;
- Encontros com IndustriALL Brasil para debater e construir propostas de política industrial;
- Contribuiu na organização e realização de seminários para discutir a política pública sobre o Motor Híbrido Etanol;
- Participação no Seminário Virtual organizado em conjunto com IGU e IndustriALL Europa: Juntos em ação - É hora de pagar a dívida? AÇÃO DA UNIÃO PARA ENFRENTAR A CRISE DO CUSTO DE VIDA IndustriALL Global Union;
- Contribuiu com a organização de fóruns, negociações e ações diversas, propostas pelos segmentos do ramo metalúrgico e redes de trabalhadores (as), no âmbito nacional e internacional;
- Participou e contribuiu nos processos de orga-

nização, mobilização e rodadas de negociação das campanhas salariais do ramo metalúrgico;

- Participação nas Reuniões da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) referente as diversas Normas Regulamentadoras (NRs) que fizeram parte da agenda de regulação em 2021 e 2022 tais como: 01, 04,05, 06, 07, 08, 09, 13, 14, 17 e 25, 29, 36, 37 e representantes da CONTAG e Setor Portuário sobre saúde e segurança nos locais de trabalho enquanto representante da CUT na CTPP, com diversos seguimentos representativos dos (as) trabalhadores(as) sobre as NRs;
- Participação na reunião do MSI e do TID Brasil, sobre o Comitê de Lutas e Brigadas Digitais;
- Participação na reunião sobre Estratégia da CUT 2022 – avaliação e ações para tratar dos Comitês Sindicais, das Brigadas Digitais, cadastro e preparação para o próximo CONCURTO;
- Participação na Reunião do Macrossetor da Indústria (MSI) da CUT e TID Brasil “Apresentação Dieese- propostas do plano indústria 10+”;
- Participação na reunião do Comitê Regional da IndustriALL América Latina e Caribe;
- Participação na reunião sobre Ônibus Elétrico Programa Indústria;
- Participação no 3º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística – CNTTL;
- Participação na reunião com a TK Elevador sobre PLR e Acordo Nacional;
- Participação no Seminário “Negociação Coletiva: experiências e desafios”, organizado pela CUT;
- Participação no 2º CONCLAT 2022: Emprego, Direitos, Democracia e Vida;
- Organização e realização das atividades alusivas aos 30 ANOS CNM/CUT;
- Participação no debate nacional - Qualificação Profissional no Brasil e Indústria 4.0 - organizado pelo MSI e TID;
- Organização e participação na reunião com MS sobre Negociação Coletiva;
- Participação na reunião do comitê executivo da IndustriALL Global Union;
- Participação na Plenária de delegados (as) Ma-

crossetor da Indústria para a 16ª Plenária Nacional da CUT.

- Participação no Congresso do STIM ES;
- Reunião com representantes do CRT-RJ: Conselho Regional dos Técnicos do RJ; □ Breve abertura nos seminários virtuais itinerantes: Metalúrgicos (as) na Luta ante racista – Racismo e Xenofobia.
- Participação no Ciclo de debates, organizado pelo MSI da CUT e TID Brasil, sobre diversos temas relacionados à política industrial, como:
 - ✓ Desafios e perspectivas das Micro e Pequenas empresas no Brasil e o posicionamento dos segmentos empresariais brasileiros desde 2016;
 - ✓ Indústria 4.0 no Brasil: limites, possibilidades e impactos no emprego, trabalho e renda;
 - ✓ Indústria, meio ambiente e transição energética.

228 Secretaria de Finanças e Administração

Com o fim do Imposto Sindical houve a necessidade urgente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos encontrar alternativas para manutenção da sua luta, trabalho e política. Para tanto foi aprovado no 10º Congresso da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT um repasse com valores diferentes para cada sindicato com esse intuito. A Pandemia da Covid 19 trouxe uma situação dramática, pelo qual o movimento sindical nunca passou, agravando ainda mais o cenário econômico de desemprego e demissões e sem uma política nacional de saúde, impactando trabalhadores e trabalhadoras e como consequência as estruturas sindicais. A Confederação ciente da sua responsabilidade trabalhou, mesmo nas condições impostas pela pandemia, através de reuniões por internet, lives e outros recursos possíveis, para trazer para o centro dos debates assuntos e temas que alimentassem de informações seus dirigentes de sindicatos e federações, além de promover trocas de informações no setor a nível nacional e internacional. Desde o final de 2019 a CNM/CUT iniciou uma série de reuniões para informar e orientar os sindicatos para as mudanças contidas na reforma trabalhista; • Organizou reuniões para ampliar a discussão junto aos sindicatos sobre a obrigatoriedade da aplicação do E-social e todas as suas implicações; • Fez diversas campanhas de atuação a nível nacional

Organizou uma série de reuniões e análise de conjuntura com a direção e diversas entidades no sentido de discutir e planejar um futuro após a reforma trabalhista; • Organizou a gestão financeira das ações contidas no planejamento estratégico da CNMCUT após o 10º Congresso; • Acompanhou a gestão interna do grupo de funcionários; • Organizou em conjunto com a secretaria geral as reuniões estatutárias ordinárias e extraordinárias do Conselho Diretivo e da Direção Executiva; • Realizou trabalho contínuo de aproximação dos sindicatos sobre a importância da transparência na gestão administrativa e financeira para fortalecimento da ação sindical; • Subsidiou sindicatos e federações na organização contábil e jurídica propiciando formação aos funcionários e dirigentes em novos modelos de gestão; • Permaneceu com a política de contrapartidas. • Ofereceu apoio administrativo e contábil aos sindicatos que solicitaram ajuda, com a ida de funcionários ao local para analisar documentações, ajudar na reorganização administrativa e implementar planejamentos; • Organizou diversas ações a contragosto para preservar a entidade: redução da equipe da infraestrutura da sede, da carga horária de diversos serviços, de atividades, do número de carros para diretores, de viagens e de custos em geral; • Criou formas alternativas para organização e execução de nossas atividades, investimos em redes sociais, utilizamos formas mais modernas de reuniões online aplicativos como o Blue Jeans e Zoom e reduzimos gastos com passagens aéreas e hospedagens; • Redimensionou a equipe.

229 Cursos, Seminários e Formações:

- A CNM através da Secretaria de Comunicação desenvolveu os cursos: “As redes sociais como ferramentas de comunicação” e “Como ser um dirigente digital”;
- A CNM através da Secretaria da juventude negociou e garantiu as parcerias internacionais de formação para a juventude, buscando espaço para a participação de jovens em todas as suas atividades, formações, seminários, assembleias e demais agendas;
- Participou do Encontro Nacional de Juventude e Formação da CUT;
- A CNM através da secretaria de Políticas So-

ciais buscou espaço para a participação da comunidade LGBTQIA+ nos congressos, fóruns e debates da confederação;

- Participou das reuniões do Coletivo de Formação da CUT, contribuindo dessa forma, para fortalecer a integração entre as ações de formação da CNMCUT e da central, à luz da Política Nacional de Formação;
- Organizou e realizou oficinas de formação para às Brigadas Digitais;
- Participou de diversos ciclos de debates com o Macrossetor da Indústria sobre o Plano Indústria +10; Indústria 4.0 e, construção da indústria em um contexto de mudanças nacionais e internacionais;
- Realizou reuniões de acompanhamento das ações do planejamento estratégico das secretarias e dos coletivos da CNMCUT, construídos a luz das resoluções do 10º congresso da confederação;
- Organizou e realizou oficina sobre ferramentas de comunicação sobre Tik Tok e Instagram para as Brigadas Digitais;
- Organizou seminários itinerantes “Metalúrgicos (as) na Luta contra o Racismo” em diferentes regiões do país, com os sindicatos e federações;
- Promoveu o Curso de Promotoras Legais Populares para participantes do Coletivo de Mulheres;
- Promoveu formação sobre feminicídio para homens e mulheres, violência de gênero, através de seminários, Fóruns de Debates, Congressos e Conferências;
- Promoveu debates sobre aborto, religião e violência, assédio moral e sexual e protocolo de prevenção e ação em casos de discriminação, assédio e violência por razões de gênero;
- Realizou reuniões para debate e apropriação referente à cláusula de igualdade racial a ser apresentada nas negociações e acordos coletivos;
- Participou da reunião, organizada pela CUT, sobre a Plataforma da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo para as Eleições de 2022.

230 Coletivos e Redes:

- A CNM manteve todos os seus coletivos mesmo durante a pandemia, através de reuniões virtuais;

- Manteve os coletivos de redes reunindo-se periodicamente com as coordenações das redes de empresas nacionais e multinacionais mantendo espaço de troca de informações, experiências e encaminhamentos;
- Participou das reuniões do Coletivo de Combate ao Racismo da CUT alinhando e fortalecendo a luta contra as desigualdades enfrentadas pela classe trabalhadora em decorrência da raça/cor;
- Organizou e realizou reuniões do coletivo de formação da CNMCUT de modo a alinhar e articular as ações e processos de formação junto aos sindicatos e federações filiadas;
- Construiu um coletivo de Comunicação, no qual reúne trabalhadores (as) e dirigentes da pasta e reunião, para tratar de linha editorial e produtos, além de novas matérias e novas campanhas;
- A CNMCUT participou das reuniões do Coletivo de Comunicação da CUT, das Brigadas Digitais da CUT e dos encontros do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, o FNDC.

231 Ações diretas e de solidariedade:

- Levantou, pautou e apoiou candidaturas de dirigentes sindicais negros e negras em partidos de esquerda para espaço parlamentares;
- Ações de solidariedade como cartas, manifestos, missões, etc., com Sindicatos irmãos que estivessem sofrendo situações de violações;
- Garantiu que em todos os seus debates formativos fosse incluído o recorte de raça, abordado como parte estrutural das análises;
- Estabeleceu parcerias com Movimentos Sociais;
- Mapeou junto ao Coletivo de Mulheres os canais de denúncias disponíveis nos estados para fomentar grupos locais de orientação e apoio.

232 Participação Internacional

- Participação ativa em IndustriALL Global Union sendo que a partir de 2023 vamos compor o seu Comitê Executivo;
- Participação Ativa no Grupo de Paris e Nuestra América aonde temos posição de coordenação;

- Apoio aos diversos segmentos da CNM na sua agenda internacional produzindo junto com a assessoria documentos para ajudar na participação de nossos representantes nas atividades sejam de redes, setores ou macrossetores;
- Participação ativa em diversas formações da IndustriALL global sobre sindicalização, encontro de mulheres, feminicídio, violência de gênero e igualdade de gênero;
- Participou de encontros formativos organizados pela IndustriALL Global e Brasil com a finalidade de fortalecer a luta em âmbito nacional e internacional;
- Organizou e participou de seminários que percorreram o Brasil para debater o tema: "Futuro da Indústria: Desafios da Política Industrial" visando a construção de propostas e soluções para o setor, realizado pela IndustriALL-Brasil em parceria com a Sask;
- Organizou e participou de ações de formação sobre o Poder da Contratação Coletiva – Plano Estratégico para Sindicalização realizado pela IndustriALL-Brasil com apoio IndustriALL Global Union e IG Metall da Alemanha, com a finalidade de formar lideranças capazes de ampliar e fortalecer a base sindical da CNM.

233 Ações Inter Secretarias, com Federações, Sindicatos e CUT.

- Apoio da Secretaria de Relações Internacionais a demais secretarias notadamente, Formação, Mulheres. Igualdade Racial e Juventude na sua participação em atividades internacionais ou mesmo projetos de cooperação;
- A Secretaria de Formação elaborou diversos projetos de formação político sindical, para mobilização de recursos destinados a formação em sindicalização, saúde e segurança dos (as) trabalhadores (as) metalúrgicos (as);
- Estimulou e apoiou os sindicatos e federações a realizarem atividades sobre combate ao racismo e igualdade racial;
- Apoiou os sindicatos e federações no processo de negociação da cláusula de igualdade racial, nos processos de negociação e acordos coletivos;

- Incentivou maior participação das Federações e Sindicatos no coletivo LGBTQI+ nacional, com reuniões periódicas para articular as bandeiras da categoria;
- Garantiu e promoveu a participação da comunidade LGBTQIA+ nos congressos, fóruns e debates da confederação;
- Debateu com as Federações e Sindicatos sobre a construção de Coletivos de Juventude nas instâncias estaduais;
- Buscou mais diálogo com os (as) Secretários (as) de juventude das estaduais da CUT para compartilhar ações políticas;
- Orientou as Federações para que incluíssem nas suas convenções cláusulas sociais que estabeleçam que a empresa desenvolva ações de combate

ao feminicídio e promova debates de gênero.

234 Atividades Diversas

- A CNMCUT desenvolveu novo site e aumentou seus usuários e visualizações nas redes sociais;
- A CNMCUT foi a primeira confederação a migrar a sua plataforma de comunicação para o Portal CUT, que já tem em sua estrutura compartilhada com mais de 20 estados, e passa a incorporar a rede digital da Comunicação CUTista;
- Realizou atividades de relançamento e divulgação do programa Na Pele, da Central Única dos Trabalhadores;
- Organizou e realizou a live “Racismo e Xenofobia” no dia do refugiado.

5. REGIMENTO INTERNO

Regimento Interno do 11º Congresso Nacional dos Metalúrgicos (as) da CUT

CAPÍTULO I

235 DOS OBJETIVOS

Art. 1º - O Congresso Nacional dos (as) Metalúrgicos (as) da CUT é a instância máxima e soberana da Confederação Nacional dos (as) Metalúrgicos (as), entidade da estrutura vertical da CUT e representante dos (as) metalúrgicos (as) cutistas em todo o território nacional, nas suas relações e ações internacionais.

Art. 2º - A Convocação do 11º Congresso, elaborada em consonância com os estatutos da CUT e da CNM/CUT, aprovada consensualmente pelo Conselho Diretivo da CNM/CUT, em reunião realizada no dia 6 de dezembro de 2022, na cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo, e enviada a todos os sindicatos filiados, federações, oposições reconhecidas e membros natos das instâncias da CNMCUT e da CUT.

Art. 3º - Com base nas conjunturas: a) política, econômica, nacional e internacional; b) e dos debates sobre “Reconstruir o Brasil de forma sustentável e humanizada com trabalho decente, soberania, renda e direitos”, o 11º Congresso Nacional dos (as) Metalúrgicos (as) da CUT tem o seguinte temário:

Tema 1: Conjuntura – Internacional e Nacional: Polí-

tica e Econômica;

Tema 2: Balanço do Mandato;

Tema 3: Políticas Organizativas da CNMCUT para o próximo mandato;

Tema 4: Proposições e Debates;

Tema 5: Eleição e Posse do Conselho Diretivo da CNMCUT para o quadriênio 2023/2027;

Tema 6: Resoluções Específicas e Plano de Lutas.

CAPÍTULO II

236 DA REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - 11º Congresso Nacional dos (as) Metalúrgicos (as) da CUT será realizado nos dias, 9 (terça-feira), 10 (quarta-feira) e 11 (quinta-feira) de maio de 2023, na Cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo, no Hotel Mônaco, situado a rua Diogo de Faria 137, conforme regulamento do congresso, tendo como coordenador-geral, Loricardo de Oliveira, atual Secretário-Geral da CNM/CUT.

Parágrafo Único: A programação do 11º Congresso da CNMCUT contará com conferências virtuais e presenciais. Na semana dos dias 2 a 5 de maio, acontecerão os encontros com os temas da Saúde, Mulheres Trabalhadoras, Igualdade Racial, Organização Sindical,

Formação e Comunicação, de forma virtual. No dia 9 de maio, no formato presencial, acontecerão as conferências Internacionais, das 9h às 12h, e de política industrial, das 14h às 17h, ambas as atividades acontecerão no mesmo local da realização do 11º congresso.

CAPÍTULO III

237 DOS (AS) PARTICIPANTES

Art. 5º - Participam do 11º Congresso Nacional dos (as) Metalúrgicos (as) da CUT:

a) Os Sindicatos dos (as) Metalúrgicos (as) filiados à CUT, em dia com suas obrigações estatutárias, através de seus delegados (as);

b) As oposições aos sindicatos de metalúrgicos (as), reconhecidas (os) pela CUT, CNM/CUT e Federações estaduais de Metalúrgicos, através de seus (suas) delegados (as);

c) Os membros da Direção Executiva da CNMCUT, na qualidade de delegados (as) natos (as);

d) Os membros da Executiva Nacional da CUT, vinculados à categoria metalúrgica, na qualidade de delegados (as) natos (as);

e) Observadores (as) e convidados (as) devidamente inscritos e credenciados, conforme convocatória do 11º Congresso.

§ Único – As delegações dos sindicatos, das oposições reconhecidas deverão ser eleitas em Assembleias ou Congressos, de acordo com os critérios estabelecidos na Convocação do 11º. Congresso.

CAPÍTULO IV

238 DO CREDENCIAMENTO

Art. 6º - A Secretaria do 11º Congresso efetuará o credenciamento dos (as) delegados (as) das 8h às 18h do dia 9 de maio de 2023 (terça-feira), e das 8h às 12h do dia 10 de maio de 2023 (terça-feira), período este, improrrogável para o credenciamento dos (as) delegados (as) inscritos (as).

§ 1º - O credenciamento dos (as) suplentes a delegados (as) ocorrerá no período entre 12h e 13h do dia 10 de maio de 2023 (quarta-feira), período este, também improrrogável.

§ 2º - Qualquer suplente poderá ser credenciado (a) no período dos (as) delegados (as) efetivos (as), desde que apresente carta do delegado (a) efetivo (a), com visto do responsável pela delegação, comunicando por escrito a sua impossibilidade de comparecer ao Congresso.

§ 3º - Para o credenciamento do (a) suplente será obedecida a ordem crescente da lista da ficha de inscrição da delegação.

Art. 7º – O credenciamento do pessoal de apoio, observadores (as), imprensa, convidados (as) nacionais e internacionais, obedecerá a horários que serão determinados pela Comissão Organizadora.

Art. 8º - Encerrado o período do credenciamento dos (as) delegados (as), os trabalhos da secretaria serão encerrados e os materiais dos (as) delegados (as) ausentes serão destruídos.

Art. 9º - Cada delegado (a) é responsável pelo material contido nas pastas, devendo conferir e assinar o recibo no ato da entrega.

§ Único – Não haverá, em hipótese alguma, reposição de crachá ou cédula de votação.

CAPÍTULO V

239 DO FUNCIONAMENTO

Art. 10º - O 11º Congresso funcionará com as seguintes mesas: mesa de instalação e aprovação de regimento interno, mesa de conjuntura nacional e internacional, mesa sobre o balanço da gestão, mesa de abertura do Congresso, mesa para a eleição e posse da nova direção e mesa para deliberação de plano de lutas e resoluções específicas na seguinte configuração:

a) Sessão de instalação do 11º Congresso, com apreciação do regimento interno e exame dos recursos, caso existam;

b) Apresentação sobre o Balanço da Gestão da CNMCUT (2019-2023);

c) Apresentação sobre Conjuntura Internacional e Conjuntura Nacional;

d) Grupos de Trabalho;

e) Eleição da Direção da CNMCUT;

f) Aprovação do Plano de Lutas e Resoluções Específicas.

CAPÍTULO VI

240 DOS DOCUMENTOS AO 11º CONGRESSO

Art. 11º. – Constituem documentos do 11º Congresso, para as discussões: a) Caderno de Textos, elaborado pela Direção Executiva; b) Propostas de resolução dos Congressos/Plenárias/Assembleias das Federações e/ou Sindicatos filiados;

c) Propostas de resolução dos Trabalhos em Grupo sobre temas constantes do Caderno de Textos e demais adendos ao mesmo, em consonância com o fixado neste artigo;

§ Único – Os textos que não serão submetidos à votação serão os de Balanço da Gestão, Conjuntura Internacional e Conjuntura Nacional.

CAPÍTULO VII

241 DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 12º. – Durante o 11º Congresso funcionarão quatro Grupos de Trabalho, a saber:

- 1) Política Industrial.
- 2) Contrato Coletivo Nacional de Trabalho;
- 3) Organização Sindical e Internacional;
- 4) Políticas Gerais e Permanentes

Art. 13º - Os Grupos de Trabalho funcionarão nos horários previstos no programa do 11º Congresso e em locais e com composição determinados pela Comissão Organizadora.

Art. 14º - Nos Grupos de Trabalho, os (as) delegados (as) deverão procurar obter o consenso sobre as propostas que irão para o plenário. As que não forem consensuais deverão ser submetidas à votação no grupo, indo para a Plenária todas as que obtiverem 20% (vinte por cento) dos votantes dos Grupos de Trabalho;

Art. 15º - Podem participar dos Grupos de Trabalho, os (as) observadores (as) e convidados (as), devidamente credenciados (as), sendo que a estes será facultado, pelo Grupo de Trabalho, o direito a voz;

Art. 16º - Os Grupos de Trabalho são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por 1 (um) ou (uma) Coordenador (a) e um mínimo de 2 (dois) ou (duas) Relatores (as), eleitos (as) pelos (as) delegados (as) componentes do Grupo de Trabalho e 1 (um) as-

essor (a) indicado pela Coordenação do Congresso.

Art. 17º - As reuniões dos Grupos de Trabalho começarão e serão encerradas nos horários previstos na Programação do 11º Congresso.

Art. 18º - A consolidação dos relatórios para serem apresentados ao Plenário será feita pela Comissão Organizadora do Congresso, auxiliada pelos (as) Coordenadores (as) e Relatores (as) dos Grupos de Trabalho e assessores (as), que poderão ser solicitados (as) a prestarem esclarecimentos necessários durante a Plenária.

Art. 19º - As discussões e votações nos Grupos de Trabalho obedecem ao previsto nos capítulos seguintes e, por conseguinte, válidos para todo o 11º Congresso.

CAPÍTULO VIII

242 DAS DISCUSSÕES

Art. 20º - As discussões terão sempre como objetivo a busca do consenso entre os (as) delegados (as) e aprofundar os debates, com base nos documentos do 11º Congresso, determinados no Capítulo VI.

Art. 21º - A dinâmica e os respectivos horários de funcionamento do Congresso, previstos no Cap. V, funcionarão de acordo com o Programa do Congresso, em anexo.

Art. 22º - As discussões no plenário serão feitas com base nos seguintes temas:

- a) Política Industrial
- b) Contrato Coletivo Nacional de Trabalho
- c) Organização Sindical e Internacional
- d) Políticas Gerais e Permanentes;
- e) Eleição da Direção

Art. 23º - As discussões sobre cada um dos temas serão feitas com base no Caderno de Textos, seus anexos e as propostas apresentadas pelos sindicatos, oposições, ou Federações/Plenária dentro do prazo estabelecido pela Coordenação e durante o 11º Congresso, até às 18h, do dia 10 de maio de 2023, sob forma de propostas de resolução.

§ 1º - A cada proposta de resolução apresentada, a mesa verificará a existência ou não de posições contrárias no plenário. Em seguida, oferecerá a palavra para quem se opôs à proposta de resolução e outra à

posição a favor da proposição. Se necessário, a mesa poderá oferecer a palavra para mais uma intervenção a favor e mais uma contrária. Em seguida, o (a) presidente da mesa colocará a proposta de resolução em votação.

§ 2º - Quando uma proposta de resolução aprovada tiver uma ou mais emendas estas, da mesma forma, serão discutidas e colocadas em votação.

§ 3º - Se a emenda for rejeitada integralmente, não haverá discussão nem votação da (s) subemenda (s), caso existam.

§ 4º - Não havendo mais qualquer proposta de resolução ao tema em pauta, a mesa considerará a discussão sobre o referido tema encerrada.

Art. 24º - As discussões sobre as emendas ou subemendas referentes às propostas de resoluções, apresentadas ao Congresso, além do previsto no artigo anterior, se darão da seguinte forma:

I - No caso de as propostas não constarem no Caderno de Textos e nem tiverem sido anexadas, deverá haver um acordo da mesa ou sorteio da ordem de apresentação das mesmas;

II - Para cada proposta de resolução apresentada ao 11º Congresso, poderá haver inscrição de 1 (um ou uma) delegado (a) para explicar o seu objetivo e conteúdo, utilizando o tempo máximo de 3 (três) minutos. Havendo posições contrárias à proposta, a mesa também oferecerá a palavra para uma intervenção a favor, pelo mesmo tempo anterior. Se necessário, a critério da mesa, poderá ser aceita mais uma inscrição contrária e uma a favor. Em seguida, o presidente da mesa colocará a proposta em votação.

Art. 25º - As discussões e votações de cada um dos temas deverão obedecer rigorosamente ao tempo estabelecido no programa do 11º Congresso. Encerrando o tempo previsto, o plenário decidirá sobre os encaminhamentos dos pontos que não foram apreciados.

Art. 26º - Somente os (as) delegados (as) credenciados (as) terão o direito, além da voz, ao voto que aprova ou rejeita as propostas de resoluções e suas emendas e moções, sendo facultado à mesa autorizar o direito à voz e a votação simbólica por parte dos convidados, sempre que julgar conveniente ou for solicitada por 50% mais um dos delegados (as).

§ 1º - Para fazer uso da palavra, o (a) delegado (a) deve inscrever-se previamente, mediante a apresentação de seu crachá, e aguardar a ordem de chamada pelo presidente da mesa.

§ 2º - Cada orador (a) terá o tempo máximo de 3 (três) minutos, podendo ser prorrogado por mais 1 (um), a critério da mesa.

§ 3º - Cada orador (a) deverá inicialmente identificar-se dizendo seu nome e sindicato, se é oposição ou instância da CNMCUT ou CUT a que pertence.

Art. 27º - Caso algum (a) orador (a) faça qualquer alusão que implique em juízo de valores sobre a conduta de algum (a) delegado (a), a mesa poderá, a seu critério, conceder o direito de resposta pelo tempo máximo de 1 (um) minuto.

CAPÍTULO IX

243 DAS VOTAÇÕES

Art. 28º - As votações serão realizadas de acordo com os seguintes critérios:

a) cada delegado (a) terá direito a 1 (um) voto.

b) não haverá voto por procuração.

c) não serão aceitos, em hipótese alguma, questão de ordem, esclarecimentos ou encaminhamentos durante o regime de votação.

d) as votações serão por aclamação ou mediante levantamento do crachá de identificação dos (as) delegados (as). Será considerada vencedora, a proposta que obtiver a maioria simples dos votos.

e) em caso de dúvida por parte da mesa coordenadora dos trabalhos sobre a proposta vencedora, repete-se a votação e, persistindo a dúvida, a mesa realizará a contagem dos votos.

f) as declarações de abstenções de votos poderão ocorrer sempre por escrito e serão lidas em plenário pela mesa.

CAPÍTULO X

244 DA ELEIÇÃO DO CONSELHO DIRETIVO E DO CONSELHO FISCAL

Art. 29º - No que se refere à eleição do Conselho Diretivo e do Conselho Fiscal, o 11º Congresso obedecerá

todas as regras regulamentadas pelo Estatuto da CUT, estabelecidas em seu Capítulo IV, Seção I.

§ 1º - Para fins de cumprimento do Estatuto da CNMCUT, o 11º Congresso elege os (as) dirigentes membros da Comissão Organizadora, como integrantes da Comissão Eleitoral desse 11º Congresso.

§ 2º - As inscrições da (s) chapa (s) para concorrer aos cargos do Conselho Diretivo e do Conselho Fiscal da CNMCUT deverão ser feitas das 16h do dia 9 de maio, até às 11h30 do dia 10 de maio de 2023.

§ 3º - As chapas deverão ser inscritas contendo os nomes para o Conselho Diretivo e para o Conselho Fiscal em lista. Os (as) candidatos (as) deverão escrever seus nomes completos com a identificação do sindicato ou oposição a que pertence.

§ 4º - Não será permitida a inscrição de chapas que tiverem, dentre seus membros, candidatos (as) não credenciados como delegados (as) do 11º Congresso.

Art. 30º - Em nenhuma hipótese, a mesa aceitará a inscrição de chapas que não cumprirem as normas estatutárias da Central, ou tampouco aquelas que não observarem os critérios estabelecidos nos parágrafos do Artigo anterior.

§ Único - Cada chapa inscrita deverá ser constituída por 30% de um dos gêneros, conforme estatuto da CUT.

Art. 31º - O processo eleitoral terá início no dia 10 de maio de 2023, às 18h e será encerrado, impreterivelmente, às 19h.

§ Único - Caso as discussões do tema em pauta não tenham sido concluídas dentro do tempo previsto, o (a) presidente da mesa deverá suspender temporariamente os debates e abrir o processo de eleição do Conselho Diretivo e do Conselho Fiscal, de acordo com os seguintes critérios:

I – O (a) presidente da mesa informará quantas chapas foram inscritas. Caso haja mais de uma, ele (a) definirá por sorteio a ordem numérica na cédula de votação, bem como a da apresentação e defesa de cada uma das chapas.

II - Os nomes constantes da chapa deverão ser lidos no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.

III - A defesa de cada chapa poderá ser feita por mais de um (a) orador (a), desde que não ultrapasse o tempo de 6 (seis) minutos.

Art. 32º - A votação para a eleição do Conselho Diretivo e do Conselho Fiscal se dará por votos dos (as) delegados (as), que deverão ser depositados nas urnas, preparados para este fim.

Único - Havendo apenas uma chapa concorrente, a votação poderá ser feita por aclamação, sucedendo-se a posse conforme previsto no programa.

I – Nessa situação, a mesa poderá autorizar que convidados (as) e observadores (as) também participem da votação por aclamação.

CAPÍTULO XI

245 DAS MESAS COORDENADORAS DOS TRABALHOS

Art. 33º - As mesas que coordenarão os trabalhos serão compostas pelo (a) presidente, vice-presidente e 1 (um ou uma) secretário (a) eleitos pela plenária, na sessão de instalação do Congresso, podendo para cada tema, ou conjunto de temas, ser eleita uma única mesa;

Art. 34º - Cada mesa poderá contar com assessores (as) que ajudarão nos trabalhos, a serem indicados pela Comissão Organizadora.

§ Único – A Comissão Organizadora, na instalação do 11º Congresso, fará a proposta para composição das mesas correspondentes a cada um dos temas e indicará os (as) assessores (as).

CAPÍTULO XII

246 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35º - As concessões aos pedidos de “QUESTÃO DE ORDEM” serão decididas pela mesa, podendo esta, a seu critério, consultar o plenário. As “QUESTÕES DE ORDEM” somente poderão se referir exclusivamente à ordem e aos temas dos trabalhos.

CAPÍTULO XIII

247 DAS MOÇÕES

Art. 36º - Serão consideradas para discussão e deliberação do plenário as moções apresentadas por Sindicatos e Oposições credenciados, e por aquelas que

forem apresentadas por pelo menos 10% (dez por cento) dos (as) delegados (as) credenciados.

Art. 37º - O conteúdo das moções deve considerar as definições e deliberações da CNM/CUT, bem como, o que até o momento de sua apresentação já tenha sido aprovado no 11º Congresso.

Art. 38º - Para serem apreciadas pelo plenário, as moções deverão ser encaminhadas à mesa até o final das votações das propostas de resolução.

CAPÍTULO XIV

248 DOS RECURSOS PARA O CREDENCIAMENTO DE DELEGAÇÕES

Art. 39º. - Os recursos às decisões da Comissão Organizadora, referentes ou não ao credenciamento de qualquer delegação ao Congresso, deverão obedecer ao seguinte procedimento:

I - Os recursos deverão ser encaminhados à Comissão Organizadora do 11º Congresso.

II - As justificativas deverão ser apresentadas por escrito e assinadas pelo sindicato responsável pela oposição ou federação.

III - Para efeito de julgamento, a Comissão Organizadora seguirá o calendário estipulado na Convocação do 11º Congresso, com eventuais adaptações que tenham sido introduzidas durante o percurso.

Art. 40º - Os recursos contrários à decisão da Comissão Organizadora sobre o credenciamento, ou não, de qualquer delegação, deverão obedecer aos seguintes procedimentos:

I - Os recursos deverão ser apresentados por escrito à mesa, até o horário em que se encerrar a votação deste regimento, com as devidas justificativas, não podendo ser apresentados recursos que não tenham sido já julgados pela Comissão Organizadora;

II - A mesa deverá encaminhar a discussão dos recursos apresentados da seguinte forma:

A - A Comissão Organizadora do Congresso deverá apresentar, de forma resumida, os motivos pelo não credenciamento da delegação em questão.

B - A mesa oferecerá a palavra para 1 (um ou uma) representante da delegação por 3 (três) minutos que deverá proferi-la em defesa pelo credenciamento.

C - Os mesmos 3 (três) minutos serão oferecidos à posição contrária ao credenciamento da delegação em questão.

D - A seguir, proceder-se-á à votação.

CAPÍTULO XV

249 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41º - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora "ad-referendum" do Plenário.

Art 42º - Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pelo Plenário do 11º Congresso Nacional dos (as) Metalúrgicos (as) da CUT.

Comissão Organizadora do 11º Congresso Nacional da CNMCUT

6. EXPEDIENTE

DIREÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS METALÚRGICOS DA CUT GESTÃO 2019 - 2023

Presidente – Paulo Aparecido Silva Cayres – ABC/SP

Vice-presidente – Cátia Maria Braga Cheve – Manaus/AM

Vice-presidente – Tiago Almeida do Nascimento – Sorocaba/SP

Secretário-Geral – Loricardo de Oliveira – São Leopoldo/RS

Secretário de Administração e Finanças – Edson Carlos Rocha da Silva – Niterói/RJ

Secretária da Mulher – Marli Melo do Nascimento – Campina Grande/PB

Secretário de Formação – Renato Carlos de Almeida – ABC/SP

Secretária de Políticas Sociais – Kelly Cristina de Andrade Galhardo – São Carlos/SP

Secretário de Organização – Roberto Pereira de Souza – Espírito Santo/ES

Secretário de Política Sindical – Valdinei Ferreira da Silva – Contagem/MG

Secretária de Saúde, Seg. Trab. e Meio Ambiente – Maria de Jesus Marques de Almeida – Manaus/AM

Secretário de Juventude – Nicolas Sousa Mendes – Espírito Santo/ES

Secretária de Igualdade Racial – Christiane Aparecida dos Santos – Pouso Alegre/MG

Secretário de Relações Internacionais – Maicon Michel Vasconcelos da Silva – ABC/SP

Secretário de Comunicação – Heraldo da Silva Ferreira – Contagem/MG

DIRETORIA

Elisangela Valéria da Silva – Pernambuco/PE
José Gilson Leandro da Silva – Pindamonhangaba/SP
André Luis Zigmundo Battistello – Canoas/RS
Katy Anne Pinto da Silva – Manaus/AM
Djalma da Silva Pinheiro – Manaus/AM
Edmaria Messias Ramos – Feira de Santana/BA
Maria Elenir da Silva Ribeiro – Ceará/CE
Lindalva Linhares da Silva Martins – Sorocaba/SP
Osvair Antonio de Oliveira Diniz – Juiz de Fora/MG
Claudir Messias Rosa – Ponta Grossa/PR
Francisco Irailson Nunes Costa – Natal/RN
Claudinei Jorge Feitoza – São Carlos/SP
Rodolfo de Ramos – Joinville Met./SC
Francisco de Araujo Lima – Petrópolis/RJ
Adriano Souza Filippetto – Porto Alegre/RS
Vilmar Sizino Garcia – Jaraguá do Sul/SC
Simone Ribeiro Peixoto – São Leopoldo/RS
Margareth da Silva Gonçalves – Contagem/MG
Jorge Luis Ramos – Horizontina/RS
Juarez Estevam Ribeiro – Taubaté - SP

CONSELHO FISCAL E SUPLÊNCIA

Tereza Aparecida Oliveira – ABC/SP
Cristina Aparecida Neves – ABC/SP
Jenifer Brun dos Santos – Porto Alegre/RS
Flavio Cordeiro de Paiva – João Monlevade/MG
Sávio André dos Santos – Santa Rosa/RS

COMISSÃO ORGANIZADORA DO 11º CONGRESSO NACIONAL DA CNMCU

Loricardo de Oliveira – Coordenador-Geral
Paulo Cayres – Executiva CNMCUT
Erik Pereira – FEM CUT/SP
Christiane Aparecida dos Santos e Heraldo Ferreira – Executiva CNMCUT
Marli Melo – Executiva CNMCUT
Fábio Dias – FIMETAL Nordeste
Edson Carlos Rocha da Silva e Nicolas Mendes – Executiva CNMCUT
Wanderlei Monteiro – Departamento SC/PR
Cátia Cheve – Executiva CNMCUT
Ênio Santos – FEM CUT/RS
Marco Antônio de Jesus - CUT/MG

Elaboração

Equipe de assessoria CNM e Subseção do DIEESE da CNMCUT

Colaboração

Fernando Lopes

Equipe Contratada:

Assessoria

Elaine Maria Silva das Neves, Sueli Vitorino de Jesus Barbosa e Vera Izuno

Comunicação

Érica Aragão

Secretaria

Eva Gomes de Sousa Ogata

Setor Administrativo Financeiro e TI

Bruno José de Oliveira, Lia de Souza Araújo e Marcello Leal Braga Godoy

Coordenadora

Vera Izuno

Subseção do DIEESE

Renata Miranda Filgueiras

CONTATO

Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT

Rua Doutor Cincinato Braga, 40 – Planalto

São Bernardo do Campo – São Paulo – Brasil

CEP 09890-300.

Site: www.cnmcut.org.br

Tel.: 55 11 4122-7700

